LEI Nº 043/93

INSTITUI O CODIGO TRIBUTARIO DO MUNICIPIO DE ARAPORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Povo de Araporã, através de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

TITULO I

DOS TRIBUTOS EM GERAL

CAPITULO I

DO SISTEMA TRIBUTARIO DO MUNICIPIO

Artigo 1º - Fica criado, por esta Lei o Código Tributário do Município de Araporã-Mg., que dispõe sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, concessão de isenções, as reclamações, os recursos e definindo os deveres e responsabilidades dos contribuintes.

Artigo 2º - Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as Normas gerais do Direito Tributário constantes do Código Tributário Nacional e de legislação posterior que o venha modificar.

Artigo 3º - Compõem o sistema tributário do Município:

I - IMPOSTOS

a - Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
b - Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
c - Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

II - TAXAS

a - Decorrentes do exercício regular do Poder de Polícia do Município;

b - Decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III - TAXA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPITULO II

DA LEGISLAÇÃO FISCAL

Artigo 4º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada, contribuinte ou responsável pelo contribuinte ou, responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, serão em virtude deste Código, ou de Lei subsequente.

Artigo 5º - A Lei fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições, que criarem ou aumentarem tributos, as legais, que disponham de forma diferente.

Artigo 6º - As Tabelas de imposição e cobrança de tributos vinculados à variação de perda do poder de compra da moeda nacional, anexas a este Código, serão publicadas pelo Poder Executivo sempre que houverem sido alteradas em decorrência da atualização da Unidade Fiscal de Araporã-MG.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Artigo 7º - Salvo as exceções previstas neste Código, todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento, restituições e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções e de medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelo órgão fazendário e repartições a eles subordinadas, segundo as atribuições constantes da Lei de organização dos serviços administrativos e, regulamentos.

Artigo 8º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, darão assistência técnica ao contribuinte sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

Parágrafo único - Ao contribuinte é facultado reclamar contra a falta dessa assistência.

Artigo 9º - São autoridades fiscais, para os efeitos deste Código as que têm jurisdição e competência definidas em Leis e regulamentos, bem como aquelas a quem circunstancialmente, forem atribuídos poderes para ação fiscal.

CAPITULO IV

DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E DO DOMICILIO DO CONTRIBUINTE

Artigo 10 - Além do dever de facilitar e colaborar com a ação fazendária fiscal e de outras obrigações previstas nesta Lei, cumpre também ao contribuinte ou responsável pelo tributo, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido, de maneira especial:

I - fazer auto-lançamento de impostos e taxas, quando ocorrer o fato gerador tipificado na Lei;

II - cumprir as obrigações tributárias, principais e acessórias, previstas em Lei;

III - apresentar declarações e guias e, escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária segundo as normas desta Lei e dos respectivos regulamentos;

IV - comunicar à Fazenda Municipal, em 15 (quinze) dias, a contar de sua ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

V - conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, direta ou indiretamente, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador da obrigação tributária, ou sirva como comprovante de veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

VI - prestar, sempre que solicitado pela autoridade competente, informações e esclarecimentos que a juízo da Fazenda Municipal se refiram a fato gerador de obrigação tributária;

VII - independentemente do disposto no artigo 11, reter e recolher aos cofres municipais, impostos e taxas os contribuintes que, não apresentarem domicílio fiscal municipal definido, ou, o apresentar incompleto ou de difícil localização.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de isenção ou imunidade.

Artigo 11 - Considera-se domicílio tributário do contribuinte, o território do Município.

CAPITULO V

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Artigo 12 - O fisco poderá requisitar a terceiros todas as informações que julgar necessárias ao fiel cumprimento da obrigação tributária, salvo nos casos previstos em Lei.

Parágrafo primeiro - As informações obtidas por força deste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa de interesses meramente fiscais da União, do Estado e deste Município.

Parágrafo segundo - Constitui falta grave e quebra de sigilo punível na forma da Lei, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos apresentados pelo contribuinte, responsável ou terceiros.

Artigo 13 - Na falta de cumprimento da obrigação tributária pelo responsável direto, respondem solidariamente com este, nos atos ou omissões que lhes possam ser atribuidos:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores incapazes;

II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos por seus tutelares ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o Síndico e o Comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação e/ou extinção de sociedades de pessoas e dirigentes, no caso das sociedades de capitais.

Parágrafo único - O disposto neste artigo só se aplica, em caso de penalidades, às de caráter moratório.

Artigo 14 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de Lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPITULO VI

DO LANÇAMENTO

Artigo 15 - O lançamento é o ato privativo da autoridade administrativa, destinado a tornar exigível o crédito tributário mediante verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, determinação da matéria tributável, cálculo do montante do tributo devido, identificação do contribuinte e sendo o caso, aplicação da penalidade cabível.

Artigo 16 - O ato de lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão de crédito tributário previstas neste Código ou em Lei subsequente.

Artigo 17 - O lançamento reportar-se-á à data do surgimento da obrigação tributária principal e reger-se-á pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo primeiro - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos critérios de apuração da base de cálculo, estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Parágrafo segundo - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a Lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Artigo 18 - Os atos formais relativos aos lançamentos dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita.

Artigo 19 - O lançamento efetuar-se-á com base em dados constantes do Cadastro Técnico Municipal e declarações apresentadas pelos contribuintes, nas formas e épocas estabelecidas nesta Lei ou no Decreto regulamentar.

Parágrafo único - As declarações, sobre cuja exatidão se manifestará o órgão fazendário competente, deverão conter todas as informações necessárias ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e a verificação do crédito tributário correspondente.

Artigo 20 - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I - quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração ou esta se apresentar inexata, por falsos ou errôneos os fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e forma legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade fazendária;

III - quando o órgão fazendário possuir os dados ou fizer diligência para apurá-los.

Artigo 21 - Para verificar a exatidão das declarações apresentadas pelo contribuinte ou responsável, determinando, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeções e auditagens nos locais ou estabelecimentos onde se exercer atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens de serviços que constituem matéria tributável;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal;

V - requisitar o auxílio de força pública ou requerer ordem judicial, quando esta providência for indispensável para a realização de diligência, inclusive inspeções e auditagens necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros do contribuinte ou responsável.

Parágrafo único - Nos casos a que se refere o item II, os funcionários lavrarão auto de diligência, do qual constarão especificamente os elementos examinados.

Artigo 22 - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes, por edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, por notificação direta, ou por qualquer outra forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único - No caso de comunicação por meio de aviso postal, a falta de remessa ou o seu não recebimento não isenta o contribuinte do cumprimento de suas obrigações fiscais, especialmente as que referirem ao pagamento dos tributos nas épocas regulamentares.

Artigo 23 - Caso tenha havido erro na fixação da base tributária, o órgão fazendário competente poderá revê-lo e retificá-lo, desde que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

Artigo 24 - é facultado à Fazenda Municipal o arbitramento das bases tributárias, quando ocorrer insuficiência ou sonegação de elementos necessários ao lançamento.

Parágrafo Único - O arbitramento, que não terá caráter pericial, determinará a base tributária e servirá de fundamento à instauração de processo fiscal.

Artigo 25 - O lançamento efetuado de ofício, ou decorrente de arbitramento, só poderá ser revisto em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no anterior.

Artigo 26 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos, a fim de apurar os seus fatos geradores e as bases de cálculo.

Artigo 27 - Independentemente do controle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, sempre houver dúvida sobre a exatidão do que for declarado para efeito de lançamento dos tributos de competência do Muncípio.

CAPITULO VII

DA COBRANÇA E RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS

Artigo 28 - A cobrança de tributos, multas, encargos legais penalidades impostas ou aplicadas, far-se-á:

I - para pagamento à boca do cofre, ou pela rede bancária;

II - por procedimento amigável; e

III - judicialmente.

Parágrafo primeiro - A cobrança para pagamento à boca do cofre ou através da rede bancária far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos neste Código e em outras Leis ou regulamentos vigentes.

Parágrafo segundo - A cobrança e o pagamento de tributos, multas tributárias, penalidades impostas ou aplicadas e encargos legais são indissociáveis, o contribuinte, na forma a ser regulamentada, poderá efetuar o pagamento à boca do cofre ou diretamente na rede bancária credenciada para a arrecadação, mediante emissão própria de guia padronizada, cujo preenchimento será de sua responsabilidade, ressalvadas as hipóteses de pagamento decorrente de lançamento de ofício ou por autuação fiscal, cuja guia será previamente analisada e rubricada pelos órgãos específicos fazendários, ou em se tratando de pagamento de Dívida Ativa, pela Procuradoria Jurídica.

Parágrafo terceiro - Entende-se por débito a soma do tributo e da multa tributária devida ou aplicada, ou o valor da multa isolada; não havendo multa tributária o valor do tributo.

Parágrafo quarto - O tributo ou o débito não pago dentro do prazo fixado para a sua liquidação será corrigido mensalmente para a sua atualização em decorrência da perda do poder de compra da moeda nacional. O termo inicial de correção monetária e dos juros moratórios é o do dia do vencimento para o cumprimento da obrigação tributária ou da imposição da multa isolada.

Parágrafo quinto - A interrupção ou suspensão do vencimento do prazo para pagamento do tributo não atinge a fluência da correção monetária e dos juros moratórios.

Parágrafo sexto - Os valores da correção monetária, dos juros moratórios e da multa moratória serão atualizados no momento de efetivação do pagamento do débito.

Artigo 29 - As multas e penas disciplinares serão aplicadas pelas autoridades fiscais e as de natureza não tributária pelas as do Órgão Municipal de jurisdição dos infratores das disposições do presente Código e de outras Leis em vigor e regulamentos, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e criminais que houver, ou do contribuinte ao efetivar espontaneamente o recolhimento, desde que não tenha havido lançamento de ofício por autuação fiscal.

Artigo 30 - O débito ou o tributo, corrigido monetariamente, não pago dentro do prazo legal fixado para a sua liquidação fica sujeito, contados a partir do seu vencimento, sem prejuízo de outras penalidades expressamente previstas na legislação e cumprimento de obrigações acessórias estabelecidas:

I - aos juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês) ou fração;

II - à multa moratória:

a - de 5% (cinco por cento), se o pagamento se efetivar até 30 (trinta) dias;

b - de 10% (dez por cento), se o pagamento se efetivar até 60 (sessenta) dias;

c - de 15% (quinze por cento), se o pagamento se efetivar (noventa) dias;

d - de 30% (trinta por cento), se o pagamento se efetivar (noventa) dias.

Parágrafo primeiro - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelamento de débito. A concessão de parcelamento de dé- sujeita-se, a partir da sua consolidação, à imposição de corre- netária prefixada, que será estimada em decorrência de perda do poder aquisitivo da moeda nacional.

Parágrafo segundo - O pagamento de prestação atrasada, de- da concessão de parcelamento, sujeita-se ao estabelecido no

Parágrafo terceiro - O Poder Executivo regulamentará a con- do parcelamento do débito fixando condições, limites, prazos tias, bem como padronizará o respectivo " Termo de Confissão da ". Poderá ser dispensada garantia para as dívidas ainda scritas em Dívida Ativa; as inscritas ensejarão garantias pes- ou reais, e as já autorizadas, garantias reais; em qualquer , poderá ser exigida garantia real se as circunstâncias a ren.

Parágrafo quarto - A concessão de parcelamento de dívida deve ser precedida, por parte do contribuinte, do pagamento tas judiciais e dos honorários advocatícios.

Parágrafo quinto - O valor de cada parcela mensal, objeto ssão do parcelamento da dívida, não pode ser inferior a 20% por cento) da Unidade Fiscal de Araporã-MG.

Artigo 31 - Os lançamentos de tributos de ofício em decor- omissão, diferenças encontradas em revisão ou informações pela Administração Fiscal, ficam sujeitos à multa tributária cinquenta por cento) incidente sobre os mesmos, independen- a imposição de penalidades e cobrança de encargos previstos

Parágrafo único - Havendo dolo, simulação, má fé, tentativa ção fiscal, a multa fixada no artigo será elevada em 50% enta por cento).

Artigo 32 - Os lançamentos de tributos em decorrência de fiscal, pelo exercício externo de Auditoria Fiscal, ficam à multa de 100% (cem por cento) incidente sobre os mesmos, temente da imposição de penalidades e cobrança de encargos na Lei.

Parágrafo primeiro - Havendo dolo, simulação, má fé, tentativa ou sonegação fiscal e obstáculos à ação fiscal, a multa fixada no artigo será elevada, na primeira infração cometida, em 50% (cinquenta por cento) e, na reincidência, em 100% (cem por cento).

Parágrafo segundo - Além da conceituação jurídica, e salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a - contradição evidente entre os livros e documentos de escrituração fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipal;

b - manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável.

c - remessa de informes e comunicações falsas ao fisco com respeito aos fatos geradores e a base de cálculo das obrigações tributárias.

d - omissão de lançamento no documentário fiscal, livros, fichas, declarações ou guias, nos variados aspectos atividades ou operações que constituam fatos geradores da obrigação tributária.

Artigo 33 - Salvo nos casos expressamente previstos e nos prazos de recolhimento espontâneo, ausentes lançamentos de ofício ou de ação fiscal, nenhum recolhimento de tributos poderá ser feito sem a expedição da respectiva guia.

Parágrafo primeiro - No caso de irregularidades ou fraude na expedição da guia, o servidor ou empregado que houver subscrito ou fornecido o documento responderá civil, criminal e administrativamente pelo seu ato.

Parágrafo segundo - Se a irregularidade ou fraude for atribuída a contribuinte, responsável, ou terceiros, o seu autor responderá pelo ato praticado nos termos da legislação vigente.

Artigo 34 - Pela cobrança e arrecadação a menor de tributo e seus acessórios responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, com o contribuinte, o servidor e/ou agente bancário responsável, cabendo-lhes direito regressivo contra o contribuinte.

Artigo 35 - Não se procederá contra o servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial passada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Artigo 36 - O Executivo poderá contratar com bancos e outros estabelecimentos de crédito, o recolhimento de tributos, segundo normas baixadas para esse fim.

Artigo 37 - A imposição de penalidade não elide o pagamento do crédito tributário em favor do Município.

Artigo 38 - O pagamento de parcela não faz presunção de pagamento total quando a dívida for objeto de parcelamento.

Parágrafo único - O pagamento de uma ou mais parcelas não importa presunção de pagamento das parcelas anteriores.

CAPITULO VIII

DAS RESTRIÇÕES

Artigo 39 - O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo e seus acessórios legais, independentemente de protesto, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I - pagamento indevido ou cobrado a maior;

II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável e no cálculo do montante do tributo;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Parágrafo Único - Nas hipóteses dos ítens I e II, a restituição será feita de ofício, por determinação do Chefe do Poder Executivo e mediante representação formulada pelo órgão fazendário competentemente processada.

Artigo 40 - A restituição total ou parcial de tributos importará na mesma proporção, a correção monetária, os juros e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal que não se devem reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Artigo 41 - O direito de pleitear administrativamente a restituição do tributo e seus acessórios ou multa, extingue-se em 90 (noventa) dias, quando o pedido se basear em simples erro de fato.

Artigo 42 - Nos demais casos não previstos no artigo anterior o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses previstas nos ítens I e II do artigo 39, da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese prevista no item III do artigo 39, da data em que tornar definitiva a decisão administrativa ou do que tenha reformado anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Parágrafo único - Prescreve em 02 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Artigo 43 - o pedido de restituição será indeferido, se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando a medida for considerada necessária pela administração fazendária.

Artigo 44 - Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados pelos setores administrativos a que se vinculam o processo antes de reberem o despacho pelos órgãos fazendários.

CAPITULO IX

DA PRESCRIÇÃO

Artigo 45 - Os créditos tributários em geral inclusive as provenientes de tributos, prescrevem em 05 (cinco) anos, a partir do término do exercício dentro do qual aqueles se tornarem exigíveis.

Artigo 46 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I - pela citação pessoal feita do devedor;

II - pela publicação de edital pela imprensa ou sua afixação no local da Prefeitura Municipal;

III - pelo protesto judicial;

IV - por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora;

V - por qualquer ato inequívoco, ainda que extra judicial, importe em reconhecimento ou débito pelo devedor.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o novo prazo prescricional começa a correr a partir da data do ato que tiver ocasionado a interrupção.

CAPITULO X

DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES

Artigo 47 - Os impostos municipais não incidem sobre:

I - o patrimônio, a renda ou serviços da União, Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sidicais dos trabalhadores das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos legais;

IV - livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

Parágrafo primeiro - O disposto no inciso I, deste artigo, extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Parágrafo segundo - As imunidades, mencionadas no inciso I deste parágrafo anterior, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas e as regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

Parágrafo terceiro - As imunidades expressas nos incisos II e III compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas.

Parágrafo quarto - As instituições de educação e de assistência social somente gozarão da imunidade mencionada no inciso III deste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Artigo 48 - A concessão de isenção apoiar-se-á sempre em relevantes razões de ordem pública ou de interesse do Município, não poderá ter caráter pessoal ou definitivo e dependerá de Lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Parágrafo primeiro - Entende-se como de caráter pessoal a concessão de isenção a determinada pessoa física ou jurídica.

Parágrafo segundo - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato da primeira instância administrativa sempre a requerimento do interessado, seu procurador ou mandatário.

Parágrafo terceiro - O parágrafo anterior não se aplica às pessoas jurídicas de direito público interno.

Artigo 49 - A isenção será obrigatoriamente cancelada quando ocorrer inobservância das formalidades exigidas para sua concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram.

Artigo 50 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e Contribuição de Melhoria, salvo as exceções expressamente definidas em Lei.

TITULO II

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-IPTU

CAPITULO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 51 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - tem como fato gerador, a propriedade do domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

Parágrafo primeiro - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a que apresentar os requisitos mínimos de melhoramentos indicados na legislação de regência e, também, nas áreas urbanizáveis, ou aprovadas pela Prefeitura destinadas à habitação ou atividade econômica.

Parágrafo segundo - Os requisitos mínimos a que se refere o parágrafo primeiro são a existência de, pelo menos, 02 (dois) dos seguintes melhoramentos:

a - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

b - abastecimento de água;

c - sistema de esgotos sanitários;

d - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

e - escola primária ou posto de saúde localizados a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo terceiro - Serão considerados também urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo primeiro.

Artigo 52 - A incidência do imposto independe do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, atendido sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 53 - O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais, a ele relativos, de compromissário comprador, cessionário, etc.

Artigo 54 - Contribuinte do imposto é o proprietário do [illegible] titular de seu domínio pleno e útil, ou o seu possuidor a [illegible] título.

Parágrafo primeiro - São pessoalmente responsáveis pelo im-[illegible]

I - o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio ple-[illegible] ou o seu possuidor a qualquer título;

II - o adquirente, pelos débitos do alienante existentes à [illegible] título de tranferência, salvo quando conste deste a prova da [illegible] quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arremata-[illegible] hasta pública, ao montante do respectivo preço;

III - o espólio, pelos débitos do "de cujus" existentes à da-[illegible] abertura da sucessão;

IV - o sucessor a qualquer título e o cônjugue meeiro, pelos [illegible] do espólio, existentes à data da partilha ou da adjudicação, [illegible] esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou [illegible]

V - a pessoa jurídica que resultar de fusão, cisão, trans-[illegible] ou incorporação de uma em outra, pelos débitos das socieda-[illegible] fundidas, cindidas, transformadas ou incorporadas existentes à [illegible] aqueles atos.

Parágrafo segundo - O disposto no item V aplica-se aos ca-[illegible] extinção de pessoas jurídicas, quando da exploração da res-[illegible] atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou [illegible] sob a mesma ou outra razão social, ou até, sob firma [illegible]

Artigo 55 - Considera-se ocorrido o fato gerador do tributo [illegible] de Janeiro de cada exercício financeiro.

Artigo 56 - Os lançamentos do Imposto sobre a Propriedade [illegible] Territorial Urbana, quando inferiores a 10% (dez por cen-[illegible] valor da Unidade Fiscal de Araporã - UFA, serão reajustados [illegible] este valor.

Artigo 57 - O imposto é lançado e devido anualmente.

Artigo 58 - Para lançamento e cobrança deste imposto, con-[illegible]-se:

I - IMOVEL NÃO EDIFICADO: a área de terreno nua, loteada ou [illegible] qualquer dimensão ou configuração, com edificação demolida, [illegible] condenada, interditada, incendiada, em ruínas, paralizada, [illegible] valor, ou em construção, enquanto não for dado o habite-[illegible] nda, com edificação que a autoridade competente considere [illegible] quanto à área ocupada, qualidade ou padrão para a desti-[illegible] utilização pretendida;

b - IMOVEL CONSTRUIDO: o solo, o edifício e/ou a construção permanentemente incorporadas, de modo que não se possa retirar destruição, modificação, fratura ou dano.

Parágrafo primeiro - Quando se tratar de edificação não destinada à indústria, comércio ou prestação de serviços, em área superior a 2.000 m2 (dois mil metros quadrados), o imóvel será considerado "imóvel construído", devendo o excedente da área ser lançado como imóvel não edificado, observado o disposto nos parágrafos segundo e terceiro deste artigo.

Parágrafo segundo - As disposições do parágrafo anterior não se aplicam aos imóveis com áreas maiores de 2.000 m2 (dois mil metros quadrados) que se situam em zonas destinadas a residência baixa densidade populacional, desde que tenham arbonização suficiente e uso adequado, assim considerados pela autoridade municipal competente.

Parágrafo terceiro - Nos terrenos não loteados, situados em zonas urbanas ou equiparadas, o lançamento será feito em múltiplos de 500 m2 (Quinhentos metros quadrados) ou fração, considerando-se a testada fictícia individual 12 (doze) metros.

Parágrafo quarto - Sem prejuízo da aplicação de sanções previstas na legislação específica e sem que isso implique no reconhecimento por parte do Município de edificações irregulares, o imóvel que já dispuser de construção terminada, sem aprovação do respectivo projeto e/ou sem o habite-se, poderá ser lançado como "imóvel construído", ou como "imóvel não edificado", a critério da autoridade fazendária competente.

Artigo 59 - Os imóveis que tenham frente para mais de uma via pública, lançar-se-ão por aquela que possua mais equipamentos, mencionados no parágrafo primeiro do artigo 67, sendo estes por aquela em que tenha maior interesse real.

Parágrafo único - Não havendo os requisitos citados no parágrafo primeiro do artigo 67, lançar-se-á por aquela de maior testada real.

Artigo 60 - o lançamento e arrecadação deste imposto serão feitos em conjunto com outros ônus tributários incidentes sobre o imóvel em que esteja situado a construção, tomando-se por base a área existente em 31 de dezembro do exercício anterior.

Parágrafo único - Para efeitos de lançamento serão consideradas distintas as propriedades imobiliárias pertencentes ao mesmo contribuinte, ainda que localizadas no mesmo loteamento ou ruas próximas.

Artigo 61 - O lançamento será feito em nome de quem estiver inscrito o imóvel no Cadastro Técnico Municipal de Araporã.

Parágrafo primeiro - No caso de condomínio, o lançamento será feito para cada condômino-proprietário, individualmente.

Parágrafo segundo - Quando o terreno estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio, transferindo-se para os sucessores após realizada a partilha; para esse fim, os interessados são obrigados a promover a transferência perante o órgão competente, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do julgamento da partilha ou da adjudicação.

Parágrafo terceiro - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobretestado, serão lançados em nome daquele, cabendo-lhe responder pelo imposto até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

Parágrafo quarto - O lançamento de terreno pertencente à sociedade falida ou sociedade em liquidação, far-se-á em nome destas, e os avisos ou notificações serão enviadas aos respectivos representantes legais, anotando-se os seus nomes e endereços nos registros imobiliários.

Parágrafo quinto - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário-comprador, desde que emitido na posse.

Artigo 62 - Atendidos os requisitos desta Lei, o Executivo poderá regulamentar a arrecadação e cobrança do imposto principalmente quanto a prazos, parcelamentos e outras formalidades.

Parágrafo primeiro - No caso de pagamento parcelado do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no exercício a que se referir o lançamento, o Executivo promoverá a atualização monetária das parcelas, de acordo com a variação nominal da Taxa Referencial - TR.

Parágrafo segundo - A atualização monetária, estabelecida no parágrafo anterior, será aplicada a partir da 2ª (segunda) parcela inclusive.

Parágrafo terceiro - Será afixado, mensalmente, pelo Departamento Municipal de Fazenda, o coeficiente de atualização monetária obtido pela divisão do valor nominal da Taxa Referencial - TR - do mês do vencimento da 1ª (primeira) parcela.

CAPITULO II

DA BASE DE CALCULO

Artigo 63 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do

Parágrafo único - Na determinação da base de cálculo não se computará o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento e comodidade.

Artigo 64 - O valor venal do imóvel apurar-se-á pelos dados informados pelo Cadastro Técnico Municipal e será utilizado permanentemente, tomando-se por base, entre outras, as seguintes fontes em conjunto ou separadamente:

I - declarações fornecidas obrigatoriamente pelos contribuintes;

II - informações sobre o valor dos bens imóveis de propriedade de terceiros, obtidas na forma do artigo 197, da Lei nº 5172/66 (Código Tributário Nacional);

III - permuta de informações fiscais com a administração tributária do Estado, da União e de outros Municípios da mesma região econômica, na forma do artigo 199, da Lei nº 5172/66 (Código Tributário Nacional) e da legislação aplicável;

IV - aplicação dos índices de correção monetária estabelecidos na forma da Lei Federal Nº 4357, de 16 de Julho de 1964 e de outros índices oficiais de atualização do valor monetário dos imóveis, ou fatores de valorização nominal;

V - demais estudos, pesquisas e investigações conduzidas pela administração tributária municipal, com base nos dados do mercado imobiliário local.

Parágrafo primeiro - O Executivo divulgará, anualmente, a planta ou planta de valores venais para fins de cálculo do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, do exercício a que se referir, que poderá ser monetariamente atualizada, a partir do mês de sua divulgação até o mês imediatamente anterior ao do lançamento, com base na variação nominal da - TR - mensal ou outro índice que venha ser adotado pelo Governo Federal, observado o disposto no inciso VI desta Lei.

Parágrafo segundo - Constitui falta de exação ou desídia funcional no desempenho da função, conforme o regime jurídico aplicável, apurar o servidor municipal responsável de promover a atualização anual dos valores cadastrais a que se refere este artigo.

Artigo 65 - Para apuração do valor venal de imóvel não edificado como definido no artigo 58 letra "a", será tomado por base o valor da terra nua e sua avaliação considerará também:

I - o índice médio de valorização correspondente à zona em que estiver situado o terreno;

II - o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas, segundo o mercado imobiliá-

III - a forma, as dimensões, a localização, os acidentes geográficos e outras características do terreno; e

IV - os serviços públicos e melhoramentos urbanos existentes no logradouro.

Parágrafo único - A tabela, mapa ou planta de valores, prevista no parágrafo primeiro, do artigo 64, desta Lei, será elaborada na escala 1:10000 e estabelecará, para cada face quadrada, o valor unitário por metro de testada corrigida do terreno ou lote, esta obtida por meio da fórmula:

$$TF = \frac{2PT}{30 + P}$$

onde p representa a profundidade, t a testada real do lote e 30 a profundidade padrão em vigor), que transforma o excesso ou falta de profundidade em testada fictícia tf.

Artigo 66 - Para a apuração do valor venal do imóvel construído, definido na letra b do artigo 58, serão tomados, por base, o valor da terra e da edificação, considerados em conjunto.

Parágrafo único - O valor da terra apurar-se-á na forma do artigo anterior e o da construção considerará também:

I - padrão ou tipo da construção;

II - a área construída;

III - o valor unitário do m2 da construção;

IV - o estado de conservação e qualidade da construção.

CAPITULO III

DAS ALIQUOTAS

Artigo 67 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será cobrado mediante a aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor venal:

I - 1% (um por cento) quando se tratar de imóvel construído;

II - 2% (dois por cento) quando se tratar de imóvel não edificado, ressalvado o disposto no artigo 68.

Parágrafo primeiro - Não havendo no logradouro pavimentação, fornecimento de energia elétrica, rede de abastecimento de água ou rede de esgoto sanitário, as alíquotas previstas neste código sofrerão as seguintes reduções:

a - de 40% (quarenta por cento) na falta de 04 (quatro) ou 03 (três) dos equipamentos;

b - de 30% (trinta por cento) na falta de apenas 02 (dois) equipamentos;

c - de 20% (vinte por cento) na falta de apenas 01 (um) dos equipamentos.

Artigo 68 - Sem prejuízo do disposto nesta Lei e independentemente da obrigatória atualização anual dos valores cadastrais, quando se tratar de imóvel não edificado, situado em logradouro onde houver todos os quatro equipamentos previstos no parágrafo primeiro do artigo anterior, ou localizados em zonas beneficiadas por projetos de complementação urbana, que tenham a participação ou assistência de entidades ou órgãos criados pelo Poder Público, ou, ainda, as áreas destinadas a um rápido adensamento urbano, de acordo com os critérios estabelecidos para o uso do solo pelas autoridades responsáveis, a alíquota do imposto será de 5% (cinco por cento).

a - se o logradouro já possuia as características fixadas neste artigo, em 31 de dezembro de 1993, a alíquota será de 3% (três por cento) no exercício financeiro de 1994; de 5% (cinco por cento) no exercício financeiro de 1995; de 8% (oito por cento) em 1996 e nos exercícios seguintes, até que o imóvel venha a perder a sua condição de imóvel não edificado;

b - se o logradouro vier a possuir as características fixadas neste artigo, a alíquota será de 3% (três por cento) no primeiro ano que se seguir ao da realização das obras; de 5% (cinco por cento) no segundo ano; de 7% (sete por cento) no terceiro e de 8% (oito por cento) no quarto e nos anos seguintes, até que o imóvel venha a perder sua condição de imóvel não edificado.

Artigo 69 - Quando se tratar de loteamento novo, onde o proprietário executar, por sua própria conta, obras de pavimentação, de abastecimento de água, de fornacimento de energia elétrica e de esgotos sanitários, concominantemente, a alíquota prevista no artigo anterior só será cobrada a partir do segundo ano, daquele em que tiver vencido o prazo concedido pela prefeitura para a conclusão dos serviços, observada a seguinte proporção:

a - no segundo ano, apenas 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lotes, se já não tiver sido vendida a terceiros esta quantidade;

b - no terceiro ano, apenas sobre 50% (cinquenta por cento) dos lotes, observado o disposto na letra a, ou sobre os lotes remanescentes não vendidos;

c - no quarto ano, apenas sobre 75% (setenta e cinco por cento) dos lotes, observado o disposto na letra a;

d - a partir do quinto ano, a totalidade dos lotes remanescentes.

Artigo 70 - Também estão sujeitos à alíquota prevista no artigo 67, inciso II, todos os imóveis irregulares perante a legislação municipal específica, os quais serão considerados "imóveis não edificados".

Artigo 71 - Lotes ou glebas não excedentes a 12.000 m2 (doze mil metros quadrados) utilizados para jardins, em habitações coletivas, hospitais, educandários, praças de esporte, estabelecimentos assistenciais, recreativos, artísticos e culturais gozarão de um desconto de 50% (cinquenta por cento) nos respectivos lançamentos do imposto previsto neste Capítulo, desde que comprovada a sua finalidade pelos órgãos competentes da Prefeitura, a requerimento da parte interessada.

TITULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPITULO I

DA INCIDENCIA

Artigo 72 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador toda prestação, por pessoa jurídica ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não configure, por si só, fato gerador de imposto de competência da União e do Estado.

Parágrafo único - O imposto previsto neste artigo refere-se aos serviços de:

01 - Médicos, dentistas e veterinários;
02 - Enfermeiros e protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópicos, fono-audiólogos e psicólogos;
03 - laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica;
04 - hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casa de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica;
05 - Advogados ou provisionados;
06 - Agentes da propriedade industrial;
07 - Agentes da propriedade artística ou literária;
08 - Peritos avaliadores;
09 - Tradutores e intérpretes;
10 - Despachantes;
11 - Economistas;
12 - Contadores, auditores e técnicos em contabilidade;
13 - Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço);
14 - Datilografia, estenografia, secretaria e expediente;
15 - Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios e fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangendo os serviços executados por instituições financeiras);
16 - Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra;
17 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas;
18 - Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos;

19 - execução, por administração, empreitada ou subempreita- de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras seme- lhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao ICMS);

20 - Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclu- sive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujei- tos ao ICMS);

21 - Limpeza de imóveis;

22 - Raspagem e ilustração de assoalho e assemelhados;

23 - Desinfecção e higienização;

24 - Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado diretamente ao usuário final do objeto lustrado);

25 - Barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, trata- mento de pele e outros serviços de salões de beleza;

26 - Banhos, duchas, massagens, ginásticas e congêneres;

27 - Transporte e comunicações, de natureza estritamente mu- nicipal;

28 - Diversões públicas;

a - Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diver- timento, "Taxi-dancing's" e congêneres;

b - Exposições com cobrança de ingressos;

c - Bilhares, boliches e outros jogos permitidos;

d - Bailes, shows, festivais, recitais e congêneres;

e - Competições esportivas ou de destreza física, ou inte- lectual, com ou sem particição de espectador, inclusive as realiza- das em auditórios de estações de rádio ou de televisão;

f - Execução de música, individualmente ou por conjunto;

g - Fornecimento de música mediante transmissão, por qual- quer processo;

29 - Organização de festas, "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos ao ICMS);

30 - Agências de turismo, passeios e excursões, guias de tu- rismo;

31 - Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto serviços mencionados nos itens 58 e 59;

32 - Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 57 e 58;

33 - Análises técnicas;

34 - Organizações de feiras de amostras, congressos e congê- neres;

35 - Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e demais materiais de publicidade, por qualquer meio;

36 - Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos, carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda móveis e ser- viços correlatos;

37 - Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou em outras instituições financeiras);

38 - Guarda e estacionamento de veículos;
39 - Hospedagem em hóteis, pensões e congêneres (o valor da ...entação, quando incluído no preço da diára ou mensalidade, fica ...eito ao ISSQN);
40 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos ...equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substitui- ... de peças, aplica-se o disposto no item 41);
41 - Conserto e restauração de quaisquer objetos (exceto em ...quer caso o fornecimento de peças e partes de máquinas e apare- ..., cujo valor fica sujeito ao ICMS);
42 - Recondicionamento de motores (o valor das peças forne- ...es pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICM);
43 - Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) ...objetos destinados a não comercialização e industrialização;
44 - Alfaiates, modistas, costureiras, prestados ao usuário ...al, quando o material, salvo o de aviamento, seja fornecido pelo ...ário;
45 - Tintura e lavanderia;
46 - Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvano- ...tia, acondicionamento e operações similares de objetos não des- ...dos à comercialização ou industralização;
47 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipa- ...os prestados ao usuário final dos serviços exclusivamente com ...erial por ele fornecido (excetua-se a prestação de serviços ao ...er Público, à autarquias);
48 - Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido ... usuário final do serviço;
49 - Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive re- ...ção e ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de ...eos tapes" para televisão, estúdios fono gráficos e de gravação ... som ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora;
50 - Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos ...qualquer processo não incluído no item anterior;
51 - Locação de bens móveis e de espaço em bens imóveis;
52 - Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia ...litografia;
53 - Guarda, tratamento e amestramento de animais;
54 - Florestamento e reflorestamento;
55 - Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido pa- ...ecução, que fica sujeito ao ICMS);
56 - Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos;
57 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbito e ...eguros;
58 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos ...quer (exceto os serviços executados por instituições financei- ... sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedades de ...tores, regularmente autorizadas a funcionar);
59 - Encardenação de livros e revistas;
60 - Aerofotogrametria;
61 - Cobrança, inclusive de direitos autorais;
62 - Distribuição de filmes cinematográficos e de "vídeo ta- ...";
63 - Distribuição e venda de bilhetes de loteria;
64 - Empresas funerárias;
65 - Taxidermistas;
66 - "Leasing";
67 - Leiloeiros
68 - Modelos e manequins;
69 - Serviços de limpeza, conservação e manutenção em geral;
70 - Ensino de qualquer grau ou natureza;
71 - Profissionais de relações públicas;

72 - Outras atividades de prestação de serviços que não estejam abrangidos por impostos federal e estadual.

Artigo 73 - Os serviços especificados no artigo anterior ficam sujeitos ao imposto, ainda que a respectiva prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

Artigo 74 - A incidência independe:

a - da existência de estabelecimento fixo, como definido no artigo 72;

b - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas à atividade exercida, sem prejuízo das cominações cabíveis;

c - do resultado financeiro obtido no exercício da atividade.

Artigo 75 - O imposto não incide:

I - nas hipóteses de imunidades e isenções reconhecidas, especificadas no artigo 47, desta Lei;

II - nos serviços prestados:

a - em relação ao emprego;

b - por trabalhadores avulsos definidos no Decreto Federal nº 3.914, de 26/12/68, e por diretores ou membros dos Conselhos Consultivo, Administrativo ou fiscal de sociedades beneficientes.

CAPITULO II

DO CONTRIBUINTE

Artigo 76 - Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Parágrafo primeiro - Prestador do serviço é o profissional autônomo ou a empresa que exerça qualquer das atividades constantes do artigo 72.

Parágrafo segundo - Para efeito do imposto, entende-se por empresa a pessoa jurídica e a sociedade de fato.

Parágrafo terceiro - O domicílio fiscal do prestador de serviços é o Município de Araporã.

Artigo 77 - O imposto é devido, a critério da repartição competente:

I - pelo proprietário do estabelecimento ou do veículo de [illegible], frete, carreto ou transporte coletivo, no território do Mu[illegible];

II - pelo locador ou cedente, à qualquer título, de uso de [illegible]vel ou imóvel;

III - por quem seja responsável pela execução de obras ou [illegible] referidos nos itens 19 e 20 do artigo 72, incluídos nesta [illegible]sabilidade os serviços auxiliares e complementares e as subem[illegible]adas;

IV - pelo subempreiteiro da obra ou serviço referido no in[illegible] anterior e pelo prestador de serviços auxiliares ou complemen[illegible], tais como, os de encanador, eletricista, carpinteiro, marmo[illegible], serralheiro e outros.

Parágrafo primeiro - Os serviços de terraplenagem se enqua[illegible] na categoria de auxiliares, conforme consta do inciso IV, deste [illegible].

Parágrafo segundo - É responsável, solidariamente com o de[illegible], o proprietário de obra nova, em relação aos serviços de cons[illegible] que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspon[illegible] ou sem prova do pagamento do imposto, pelo prestador do servi[illegible].

Artigo 78 - Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é [illegible]derado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros [illegible]entos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos [illegible]os nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos acrés[illegible] e multas referentes a qualquer deles.

CAPITULO III

DAS ISENÇÕES

Artigo 79 - São isentas de imposto as prestações de servi[illegible] efetuadas por:

I - profissional, no seu domicílio , sem porta aberta para [illegible]blico, por conta própria e sem empregados, sem reclames ou le[illegible]ros, com receita bruta de até 40 (quarenta) UFA, anuais, não se [illegible]derando empregados os filhos e a mulher do contribuinte;

II - os que trabalhem individualmente e por conta própria, [illegible] empregados e sem porta abertura para o público, tais como: al[illegible], barbeiro, bombeiro, costureira, copeira, cozinheiro, estofa[illegible], lavadeira, modista, pedreiro, sapateiro remendão, jardineiro e [illegible]nte;

III - os que tenham estabelecimento com porta aberta para o [illegible]co e que trabalhem individualmente, por conta própria, sem em[illegible]os, tais como: alfaiate, bombeiro e sapateiro remendão;

IV - pensões familiares com capacidade de até 05 (cinco) pensionistas;

V - engraxates ambulantes.

CAPITULO IV

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Artigo 80 - O contribuinte fica obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos a inscrição, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

Parágrafo único - O regulamento estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para a sua escrituração podendo, ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade da manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade do estabelecimento.

Artigo 81 - Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento sob pretexto algum, a não ser nos casos expressamente previstos, presumindo-se retirado o livro que não for exibido ao fisco, quando solicitado.

Parágrafo primeiro - Os livros mencionados no "caput" deste artigo poderão, ainda, permanecer em escritórios de contabilidade, desde que estabelecidos neste Município.

Parágrafo segundo - Os agentes fiscais arrecadarão, mediante termo, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento e os devolverão ao contribuinte, após a lavratura do auto de infração cabível.

Artigo 82 - Os livros fiscais serão impressos e com folhas numeradas tipograficamente, e somente serão usados depois de visados pela repartição fiscal competente, mediante termo de abertura.

Parágrafo único - Salvo a hipótese de início de atividade, os livros novos somente serão visados mediante a apresentação dos livros correspondentes a serem encerrados.

Artigo 83 - Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservado, por quem deles tiver uso, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do fisco de examinar livros, documentos, papéis e efeitos comerciais e fiscais dos prestadores de serviços de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal 5172, de 25/10/66 - CTN - Código Tributário Nacional.

Artigo 84 - Por ocasião da prestação do serviço, deverá ser emitida nota fiscal, com as indicações, utilização e autenticação determinadas em regulamento.

Artigo 85 - A impressão de notas fiscais só poderá ser efetivada mediante prévia autorização da repartição municipal competente, atendidas as normas fixadas em regulamento.

Parágrafo Único - O regulamento poderá dispensar a emissão de nota fiscal, em casos que expressamente especificar.

CAPITULO V

DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Artigo 86 - O contribuinte deverá recolher, por guia, nos prazos regulamentares, o imposto correspondente aos serviços prestados em cada mês.

Parágrafo primeiro - A guia obedecerá o modelo aprovado pela Prefeitura.

Parágrafo segundo - Os recolhimentos serão escriturados pelo contribuinte, na forma e condições regulamentares.

Parágrafo terceiro - Fica atribuida às empresas tomadoras de serviços a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma e condições do regulamento, quando:

a - o prestador do serviço não comprovar sua inscrição no Cadastro Técnico Municipal;

b - o prestador de serviço obrigado à emissão de nota fiscal de serviço deixar de fazê-lo;

c - a execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador não estabelecido no Município.

Parágrafo quarto - O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior obrigará o responsável ao recolhimento integral do tributo, acrescido de multa, juros, e correção monetária, conforme disposto neste código.

parágrafo quinto - O disposto no parágrafo terceiro não exclui a responsabilidade supletiva do contribuinte, no caso de descumprimento, total ou parcial, da obrigação pelo responsável.

Parágrafo sexto - As alíquotas para retenção na fonte são as constantes do parágrafo segundo, artigo 95 e seus grupos I e II.

Parágrafo sétimo - A responsabilidade de que trata o parágrafo terceiro, é extensiva ao promotor ou patrocinador de espetáculos desportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, estádios, teatros, salões e congêneres, em relação aos eventos realizados.

Artigo 87 - É facultado ao Poder Executivo, tendo em vista aspectos peculiares de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinado que esta se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa, em relação ao serviço de cada mês.

Artigo 88 - No regime de recolhimento por antecipação, nenhuma nota, fatura ou documento, poderá ser emitido sem que haja recolhimento do valor total da prestação do serviço dentro do período estabelecido, sujeito a alterações pela autoridade fazendária em face de verificação fiscal, ou prévio recolhimento do imposto.

Parágrafo único - A norma estatuída neste artigo aplica-se à emissão de bilhetes e ingressos para diversões públicas.

Artigo 89 - Os profissionais e as sociedades referidos respectivamente nos artigos 93 e 94, deverão recolher o imposto, retido em suas prestações, na forma, local e prazos regulamentares.

Parágrafo único - A primeira prestação será recolhida no ato da inscrição ou da sua renovação anual; as demais no prazo determinado em regulamento.

CAPITULO VI

DO CALCULO DO IMPOSTO

Artigo 90 - Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste Titulo, calcula-se o imposto na conformidade dos Grupos do artigo 93, deste Código utilizando como base de cálculo o preço do serviço.

Parágrafo primeiro - para os efeitos deste imposto considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuadas os descontos ou abatimentos concedidos na forma da Lei.

Parágrafo segundo - Na falta deste preço,ou não sendo ele conhecido logo, conhecido, será adotado o corrente na praça.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de cálculo efetuado na forma do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser posteriormente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante ou a sua devolução.

Parágrafo quarto - Incorporar-se-á à base de cálculo do im-

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza;

II - os descontos e abatimentos concedidos sob condição.

Parágrafo quinto - Na prestação dos serviços referidos nos itens II e 34 do artigo 72, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas, desde que comprovadas por documentos revestidos das formalidades legais, as parcelas correspondentes:

I - ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços e definitivamente incorporados á obra;

II - ao valor das subempreitadas já atribuídas pelo imposto.

Parágrafo sexto - na prestação de serviços referidos no item 3 do artigo 72, o imposto será calculado sobre o preço do serviço deduzidos os valores correspondentes a medicamentos e alimentos, desde que destacados na nota fiscal do serviço.

Parágrafo sétimo - Na prestação de serviços referidos no item 25, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidos os valores correspondentes a veiculação de publicidade, desde que devidamente comprovados.

Parágrafo oitavo - Inexistindo preço correspondente na praça será ele fixado:

I - pela repartição fiscal, mediante estimativa dos elementos conhecidos ou apurados;

II - pela aplicação do preço indireto, estimado em função do preço, utilização ou colocação do objeto da prestação do serviço.

Parágrafo nono - Quando se tratar de contraprestação sem preço ajuste de preço, ou quando o pagamento do serviço for efetuado mediante o fornecimento de mercadorias, a base de cálculo do imposto será o preço do serviço corrente na praça.

Parágrafo décimo - Os sinais e adiantamento recebidos pelo contribuinte, durante a prestação do serviço, integram o preço desse mês em que forem recebidos.

Parágrafo décimo primeiro - Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o ISSQN no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Parágrafo décimo segundo - As diferenças resultantes de reajustamento do preço dos serviços integrarão a receita tributável no mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Parágrafo décimo terceiro - A apuração do valor do ISSQN ... feita mensalmente, sob a responsabilidade do contribuinte atra- ... dos registros em sua escrita fiscal e deverá ser recolhido na ... e condições regulamentares, sujeito a posterior homologação ... autoridade competente, exceto quando se tratar de profissionais ... nos.

Parágrafo décimo quarto - Na prestação dos serviços de or- ...ação, promoção e execução de programas de turismo, passeios e ...rsões, o imposto será calculado sobre o preço dos serviços, de- ...dos, desde que devidamente comprovados, os valores correspondem- ... às passagens áreas, cuja comissão será tributada como agencia- ...

Parágrafo décimo quinto - Considera-se preço do serviço, ... efeito de cálculo do imposto, na execução de obra por adminis- ...ção, apenas o valor da comissão cobrada a título de taxa d admi- ...ração.

Parágrafo décimo sexto - O montante do imposto é considera- ...parte integrante e indissociável do preço referido neste artigo, ...tituindo o respectivo destaque, nos documentos fiscais, mera in- ...ção de controle.

Artigo 91 - O preço dos serviços poderá ser arbitrado na ... que o regulamento dispuser, sem prejuízo das penalidades cabí- ... nos seguintes casos:

I - quando o contribuinte não exibir à fiscalização os ele- ...s necessários á comprovação do respectivo montante;

II - quando o contribuinte não estiver inscrito na reparti- ...competente;

III - quando houver fundada suspeita de que os documentos ...is não refletem o preço real dos serviços, ou quando o declara- ...r totalmente inferior ao corrente na praça.

Artigo 92 - Quando o volume ou a modalidade da prestação do ...ço aconselhar, tratamento fiscal mais adequado, a base de cál- ...do ISSQN poderá, a critério da autoridade competente, ser fixa- ...r estimativa, individualmente, por atividade ou grupo de ativi- ..., observadas as condições:

I - com base no valor das despesas gerais declarado pelo ...ribuinte, durante o período considerado para o cálculo da esti- ...a ou em outros elementos informativos,parcelando-se o respecti- ...ontante em até 12 (doze) meses, para recolhimento nos prazos ... previstos em regulamento.

II - findo o exercício, ou suspensa, por qualquer motivo, a ...ação do sistema de que trata este artigo, serão apurados o pre- ...al dos serviços e o montante do tributo efetivamente devido pe- ...ntribuinte, respondendo este pela diferença acaso verificada ou ... direito a restituição do excesso pago, conforme o caso;

III - independentemente de qualquer procedimento fiscal, e ...re que verificar que o preço total dos serviços excedeu a esti- ...a, o contribuinte recolherá, no prazo regulamentar, o imposto ... sobre a diferença.

Parágrafo primeiro - O enquadramento do contribuinte no re- de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser individualmente, por categoria de estabelecimento ou por gru- de atividades.

Parágrafo segundo - A autoridade competente poderá, a seu rio, suspender, a qualquer tempo, a aplicação do sistema pre- neste artigo, de modo geral, individualmente, ou quanto a quer categoria do estabelecimento ou grupo de atividades.

Artigo 93 - Quando o serviço for prestado sob a forma de alho pessoal, pelo profissional autônomo, o imposto será devido mente em UFA e calculado conforme os grupos I e II do artigo

Artigo 94 - Quando os serviços referidos nos itens 1, 4, 8, 88, 89, 90, 91 e 92 do artigo 72, forem prestados por sociedades profissionais, o imposto será devido mensalmente, pela sociedade, UFA, conforme grupo I do artigo 95.

Parágrafo único - O critério previsto no "caput" deste ar- rão se aplica às sociedades prestadoras de serviços de caráter mico.

Artigo 95 - O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza cobrado de acordo com os Grupos I e II.

Parágrafo primeiro - O contribuinte que exerce mais de uma atividades relacionadas no artigo 72 desta Lei, ficará sujeito à ência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar profissional autônomo.

Parágrafo segundo - A alíquota para os serviços de arrenda- mercantil (leasing), a que se refere o item 66, do parágrafo do artigo 72, incidente sobre a receita bruta mensal, será de por cento).

GRUPO I

MOVIMENTO ECONOMICO REPRESENTADO PELA

RECEITA BRUTA MENSAL

ALIQUOTA DE 2,0 (DOIS POR CENTO)

01 - Atividades de construção ou reparação de bens imóveis qualquer natureza, efetuados por pessoas físicas ou jurídicas, por meio de contrato de manutenção, empreitada, subempreitada administração, entendendo-se como tais:

a) execução de obras de construção, demolição, reforma ou ração de prédios ou de outras edificações;

b) execução de obras de construção e reparação de estradas e rodagem, usinas elétricas, redes de distribuição e instade energia elétrica, inclusive os trabalhos concernentes à inferior e superior de estradas e obras de arte;

c) execução de obras de terraplenagem, de pavimentação em e obras hidráulicas;

d) sondagens do solo e, quando entendidos como obras auxi- ou complementares, os serviços de pintura de imóveis, encana- tricista, carpinteiro, marmorista serralheiro e congêneres.

02 - Comissões e consignações, agenciamento de câmbio, segu- em geral, agência de empregos (recrutamento, seleção e colo- agência de fornecimento de mão-de-obra.

03 - Representação comercial de produtos nacionais e estran- em geral.

04 - Despachante e corretagem, em geral.

05 - Leiloeiros, administração de imóveis bens ou negócios, consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens, inter- e similares.

06 - Empresas ou escritórios de assistência técnica, jurídi- contábil, informações de auditoria, assessoria e consultoria, de mercado, planejamento, organização e programação em ge- processamento de dados, datilografia, estenografia, secretaria, ência e expediente, cobrança, informações, análise e as- técnica.

07 - Postos de serviços, lavagem e lubrificação de veículos.

08 - Barbeiros, engraxatarias, loterias (distribuição e ven-

09 - Transporte de mercadorias, de natureza estritamente mu-

10 - Empresas e agências de publicidade e propaganda, inclu- planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elabora- desenhos, textos e demais materiais publicitários, divulga- qualquer meio.

11 - Hospitais, sanatórios, casas de saúde, ambulatórios, pronto-socorros, bancos de sangue e casas de recuperação e com orientação médica.

12 - Hotéis, pensões e casas de cômodo.

13 - Laboratórios de análises em geral, gabinete de raio-X, e prótese dentária.

14 - Lavanderias e tinturarias.

15 - Estabelecimentos de atividades relativas ao serviço profissional, quando não autônomo e não especificado nos de-

16 - Empresas de vigilância e segurança.

0205

17 - Depósitos, armazéns gerais, guarda-móveis e mercado- armazéns, frigoríficos em geral, silos, carga descarga, arru- e guarda de bens e demais serviços correlatos.

18 - Guarda e estacionamento de veículos.

19 - Ateliers de fotografia, montagem fotográfica, revelação nes, ampliação, reprodução e cópia.

20 - Estúdios cinematográficos, inclusive revelação, amplia- cópia e reprodução; estúdios de gravação de video-tape para te- , estúdios fonográficos e de gravação de sons e ruídos, in- e dublagem e mixagem sonora.

21 - Locação de máquinas, automóveis, motocicletas, barcas, s e bens móveis em geral.

22 - Distribuição de filmes cinematográficos e "vídeo ta-

23 - Empresas concessionárias e/ou permissionárias de servi- públicos ou de utilidade pública, inclusive as de transporte co-

24 - Empresas funerárias ou estabelecimentos que explorem ração de documentos para enterro.

25 - Instalação e montagem de aparelho, máquinas e equipa- prestados ao usuário final dos serviços, exclusivamente com rial por ele fornecido.

26 - Serviços auxiliares de instalação elétrica e hidráulica que não compreendidos como serviços ou obras auxiliares de ção civil).

27 - Empresas de limpeza, conservação e manutenção.

28 - Empresas limpadoras, limpeza de imóveis e logradouros, tração e higienização, raspagem e lustração de assoalhos.

29 - Empresas de projetos, cálculos, "maquetes", paisagismo ração, urbanização e loteamento, desenhistas técnicos.

30 - Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido uário final do serviço.

31 - Agências de turismo, passeios e excursões, guias de tu-

32 - Estabelecimentos que explorem, em caráter permanente, ões públicas.

33 - Institutos de beleza, manicure, massagista, pedicure, banhos, duchas, tratamento de pele, ginástica e congêneres.

34 - Garagem, oficinas em geral, conserto e restauração de objetos, lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, apa- e equipamentos, recondicionamento de motores, conservação e ção de elevadores, pintura (exceto os serviços relacionados veis), recauchutagem ou regeneração de pneumáticos.

35 - Lustração de bens móveis.

36 - Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos destinados à comercialização ou industrialização.

37 - Composição gráfica, clichera, zincografia, litografia e fotolitografia.

38 - Organização de festas: Buffet.

39 - Alfaiates, modistas, costureiras, prestados ao usuário quando o material, salvo o de aviamento seja fornecido pelo freguês.

40 - Cópia de documentos e outros papéis, por qualquer processo.

41 - Encadernação de livros e revistas.

42 - Guarda, tratamento e amestramento de animais.

43 - Taxidermistas.

44 - Florestamento e reflorestamento.

45 - Aerofotogrametria

46 - Topografia e agrimensura.

47 - Outras atividades, desde que tributáveis.

48 - Ensino de qualquer grau ou natureza.

49 - Cinema, em caráter eventual.

50 - Diversões públicas, em caráter eventual.

51 - Trabalhadores das profissões científicas liberais, técnicas artísticas e assemelhadas.

52 - Todos os trabalhadores não incluídos no Grupo 51 acima.

GRUPO II

BASE DE CALCULO 30% (TRINTA POR CENTO) DE UMA

UFA POR MES OU FRAÇÃO, POR PROFISSIONAL SOCIO,

EMPREGADO OU TERCEIROS

53 - Sociedades de profissionais liberais, cujas profissões sejam regulamentadas por Lei.

54 - Profissionais de relações públicas.

TITULO I

DO CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 96 - O Cadastro Técnico Municipal compreende:

I - Cadastro Imobiliário;

II - O Cadastro de produtores Industriais e Comerciantes;

III - O Cadastro de Prestadores de Serviços de qualquer natu-

IV - O Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores.

Parágrafo primeiro - O Cadastro Imobiliário abrange:

I - as edificações existentes, ou que vierem a existir nas urbanas, de expansão urbana e urbanizáveis;

II - os terrenos vagos existentes, ou que vierem a existir áreas urbanas ou destinados à urbanização, depois de aprovadas Prefeitura;

III - os terrenos com edificações em fase de construção;

IV - os terrenos com edificações demolidas ou em fase de de- ção devidamente licenciadas;

V - terrenos com edificações concluídas;

VI - os terrenos com edificações condenadas ou em ruínas;

Parágrafo segundo - O Cadastro dos Produtores, Industriais erciantes compreende os estabelecimentos de produção, distri- ção, circulação e consumo, inclusive agropecuários, de indústria comércio, habituais e lucrativos, localizados no terrritório do cipio.

Parágrafo terceiro - O Cadastro dos Prestadores de Serviços qualquer Natureza compreende as empresas e os profissionais autô- os, com ou sem estabelecimento fixo, que prestem serviços sujei- à tributação Municipal.

Parágrafo quarto - O Cadastro dos veículos e aparelhos au- tores compreende o registro geral, para o fim de identificação propriedade ou da posse, de todos os bens de tração ou propulsão ora, animal ou humana, inclusive embarcações ou elevadores sujei- ao licenciamento e à tributação pelas autoridades municipais pa- so ou tráfego; compreende ainda os destinados a puxar ou arras- aquinária de qualquer natureza ou a executar os trabalhos agrí- e de construção ou pavimentação, desde que lhes sejam faculta- ransitar em vias terrestres.

Artigo 97 - Está obrigado a promover sua inscrição no Cadastro Técnico Municipal:

I - o proprietário ou possuidor, a qualquer título, dos imóveis mencionados no parágrafo primeiro do artigo anterior;

II - a pessoa física ou jurídica que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercer atividade lucrativa ou no Município;

III - o proprietário de veículos em trânsito permanente no Município, inclusive de aparelho automotor destinado a puxar ou arrastar maquinária de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de pavimentação, desde que lhe seja facultado transitar nas vias públicas do Município.

IV - o proprietário dos demais veículos e aparelhos não incluídos no inciso anterior.

Artigo 98 - Para melhor caracterização de seus registros, o Município poderá celebrar convênio com a União e os Estados, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes de âmbito federal.

Artigo 99 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades de cadastro a fim de atender à organização secundária dos tributos de sua competência.

CAPITULO II

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIARIO

Artigo 100 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo possuidor a qualquer título;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomí-

III - pelo promissário comprador, no caso de compromisso de compra e venda;

IV - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

V - pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade e, liquidação ou sucessão.

Artigo 101 - Para efetivar a inscrição de imóveis abandonados no Cadastro Imobiliário, ficam os responsáveis obrigados a preencher e a entregar na repartição conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

Parágrafo primeiro - A inscrição será efetuada no prazo de (trinta) dias, contados da data da escritura definitiva ou da promessa de compra e venda do imóvel.

Parágrafo segundo - No ato da entrega da ficha de inscrição devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

Parágrafo terceiro - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no parágrafo primeiro, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha respectiva e, por edital, convocará o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Artigo 102 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará as circunstâncias, bem como os nomes dos litigiantes e dos possuidores e a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Parágrafo único - Incluem-se na regra constante deste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação, e bem assim as sucessões nas sociedades comerciais.

Artigo 103 - No caso de área loteada, cujo loteamento não haja sido licenciado pela Prefeitura, deverá a ficha de inscrição ser acompanhada de planta completa em escala que permita a anotação dos desdobramentos, designando-se, ainda, o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Municipal, as compromissadas e as alienadas.

Artigo 104 - O responsável por loteamento fica obrigado a fornecer, mensalmente, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior tenham sido alienados definitivamente, ou objeto de compromissos de compra e venda, mencionado o nome do comprador e o seu endereço, os números do quarteirão e do lote, bem como o valor do contrato de venda, a fim de que seja feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Artigo 105 - Será obrigatoriamente comunicada à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias em que se der, qualquer ocorrência verificada com relação ao imóvel, que possa afetar o lançamento dos tributos municipais.

Parágrafo único - A comunicação, a que se refere este artigo, devidamente processada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição.

Artigo 106 - A concessão do Habite-se à edificação nova e a ocupação de obras em edificação reconstruída ou reformada só se completarão com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente, mediante certidão de que foi atualizada a inscrição no Cadastro Imobiliário.

Artigo 107 - O Cadastro Imobiliário será atualizado:

I - permanentemente, sempre que se verificar qualquer alteração decorrente de transmissão de qualquer título, parcelamento, desdobramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação ou, ainda medição judicial definitiva, bem como de edificação, reconstrução, reforma, demolição, ou outra iniciativa ou providência que modifique a situação anterior do imóvel;

II - periodicamente, mediante revisão geral dos valores básicos do cálculo dos impostos, quando esses valores sofrerem modificação substancial decorrente de valorização ou desvalorização efetivamente verificada no mercado imobiliário.

CAPITULO III

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRODUTORES

INDUSTRIAIS E COMERCIANTES

Artigo 108 - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável ou por seu representante legal, que preencherá e entregará à repartição competente, juntamente como pedido de concessão de licença para localização ou para renovação anual, ficha própria fornecida pela Prefeitura.

Artigo 109 - A ficha de inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter:

I - o nome, a razão social ou a denominação a que cabe a responsabilidade pelo funcionamento ou pelos atos do comércio, profissão e indústria a serem praticados;

II - a localização do estabelecimento, no território do Município, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme for o caso;

III - as espécies principais e acessórias da atividade;

IV - a área total do imóvel, ou parte dele, ocupado pelo estabelecimento e suas dependências;

V - outros dados previstos em regulamento.

Artigo 110 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando os responsáveis obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que ocorrer, qualquer alteração que se verificar em relação as características mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Artigo 111 - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se realizar a operação, a fim de ser anotado no cadastro.

Parágrafo único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo dos débitos de tributos pelo exercício de atividade ou negócio de produção, indústria e comércio.

Artigo 112 - para os efeitos deste Capitulo, consideram-se estabelecimento o local, fixo ou não, do exercício de qualquer atividade produtiva, industrial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior da residência, desde que não caracterizada como prestação de serviços.

Artigo 113 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertença a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócios, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único - Não se consideram como locais diversos os ou amsi imóveis contíguos e com comunicação interna e bem assim os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

CAPITULO IV

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Artigo 114 - O contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, previsto no artigo 72, está obrigado a se inscrever cada um de seus estabelecimentos no Cadastro Técnico de Araporã.

Parágrafo primeiro - A inscrição será feita em formulário próprio, no qual o contribuinte declarará, sob sua exclusiva responsabilidade, na forma, prazo e condições regulamentares, todos os elementos exigidos pela legislação municipal.

Parágrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Artigo 111 - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se realizar a operação, a fim de ser anotado no cadastro.

Parágrafo único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo dos débitos de tributos pelo exercício de atividade ou negócio de produção, indústria e comércio.

Artigo 112 - para os efeitos deste Capítulo, consideram-se estabelecimento o local, fixo ou não, do exercício de qualquer atividade produtiva, industrial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior da residência, desde que não caracterizada como prestação de serviços.

Artigo 113 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico gênero de atividade, pertença a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócios, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único - Não se consideram como locais diversos os ou amsi imóveis contíguos e com comunicação interna e bem assim diversos pavimentos de um mesmo imóvel.

CAPITULO IV

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Artigo 114 - O contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, previsto no artigo 72, está obrigado a se inscrever cada um de seus estabelecimentos no Cadastro Técnico de Araporã.

Parágrafo primeiro - A inscrição será feita em formulário próprio, no qual o contribuinte declarará, sob sua exclusiva responsabilidade, na forma, prazo e condições regulamentares, todos os elementos exigidos pela legislação municipal.

Parágrafo segundo - Como complemento dos dados para inscri-
o, o contribuinte é obrigado a anexar ao formulário a documentação
xigida pelo regulamento e a fornecer, por escrito ou verbalmente, a
itério da autoridade fazendária, quaisquer informações que lhe fo-
solicitadas.

Parágrafo terceiro - Quando o contribuinte não puder apre-
ntar, no ato da inscrição, a documentação exigida, ser-lhe-á con-
dida inscrição condicional, fixando-se-lhe prazo razoável para que
isfaça as exigências previstas na legislação municipal.

Artigo 115 - A inscrição é transferível e será obrigatoria-
nte renovada, no prazo fixado em regulamento, sempre que ocorrer
alquer modificação nas declarações constantes do formulário.

Artigo 116 - A transferência,, a venda e o encerramento de
vidade serão comunicados, no prazo de 30 (trinta) dias, à repar-
ão competente, para efeito de cancelamento da inscrição.

Artigo 117 - Feita a inscrição, a repartição fornecerá ao
ntribuinte um cartão numerado, de identificação e autorização.

Parágrafo primeiro - O número de inscrição será impresso ou
rito em todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte.

Parágrafo segundo - No caso de extrativo, serão fornecidas
as vias ao interessado.

Artigo 118 - Para identificação do contribuinte, poderá o
utivo adotar o número de inscrição previsto no Cadastro Geral de
ntribuinte, instituto pela Lei Federal nº 4503, de 30 de dezembro
1964.

CAPITULO V

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE VEICULOS

E APARELHOS AUTOMOTORES

Artigo 119 - A inscrição de veículos e aparelhos automoto-
no Cadastro Fiscal da Prefeitura, será promovida pelo proprietá-
ou possuidor, a qualquer título mediante preenchimento e entre-
na repartição competente, de ficha própria que os caracteriza.

Parágrafo único - A inscrição deverá ser permanentemente
alizada, ficando o proprietário ou possuidor obrigado a comunicar
repartição competente, para esse fim, qualquer modificação que
rrer nas características do veículo ou aparelho automotor, assim
a transferência de sua posse ou domínio.

TITULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPITULO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDENCIA

Artigo 120 - A Contribuição de Melhoria será arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados, direta ou indiretamente, por obras públicas realizadas pelo Município, especialmente as seguintes:

I - abertura ou alargamento de ruas, vias e logradouros públicos;

II - construção de passagens, pontes, túneis e viadutos;

III - construção de praças, parques, jardins e campos esportivos;

IV - pavimentação ou reforma de pavimentação de ruas, vias e logradouros públicos;

V - instalação ou extenção de rede elétrica e de iluminação pública;

VI - construção de rede de distribuição domiciliar de água potável;

VII - construção de sistema de esgoto sanitário e pluvial;

VIII - proteção contra inundação e erosão;

IX - drenagens, retificação, regularização e canalização de cursos d' água;

X - aterros, obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico;

XI - construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

XII - construção ou ampliação do sistema de tráfego rápido, compreendendo as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

XIII - construção de passeios, guias, arrimos, impermeabilizações e pequenas obras de arte, trabalhos preparatórios ou complementares habituais, tais como estudos topográficos, terraplenagem superficial e outros similares.

CAPITULO II

DA COBRANÇA E DO LANÇAMENTO

Artigo 121 - A contribuição de Melhoria é devida pelo proprietário do imóvel beneficiado, ao tempo de seu lançamento, transmitindo-se responsabilidade aos adquirentes e sucessores a qualquer título, do domínio do imóvel.

Parágrafo primeiro - No caso de enfiteuse, responde pela ntribuição de Melhoria o enfiteuse.

Parágrafo segundo - Os bens indivisos serão considerados mo pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado rte- direito a exiugir dos condôminos as parcelas quue lhes couberem.

Parágrafo terceiro - O lançamento efetuar-se-á com base em dos constantes do Cadastro Técnico Municipal, nos termos do artigo parágrafo primerio e segundo.

Artigo 122 - A distribuição gradual da Contribuição de Me- oria entre os contribuintes situados na área de um mesmo fator de ização, será feita proporcionalmente à área, testada ou valor ve- dos terrenos presumivelmente beneficiados, constantes do Cadas- Técnico Municipal, ou calculados para o fim específico do lança- to.

Parágrafo primeiro - Para efeito do lançamento e distribui- gradual da Contribuição de Melhoria, o órgão responsável pelo amento poderá fazer uso de todos os elementos mencionados neste igo, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo segundo - Para facilitar o lançamento da Contri- ção de Melhoria todos os órgãos municipais envolvidos no proces- especialmente o Cadastro Técnico Municipal, deverão fornecer os entos de que disponham, facilitando o acesso de servidores para dispensável coleta de dados em seus respectivos setores.

Artigo 123 - Para o cálculo necessário à verificação e res- abilidades dos contribuintes, prevista neste Decreto, serão tam- computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da pre- ura as quotas de superfície ocupadas por bens de uso comum, cujo nio haja sido legalemtne transferido para o Município.

Artigo 124 - No caso da Contribuição de Melhoria, deverão individualmente considerados os imóveis constantes de loteamento ado ou fisicamente divididas em caráter definitivo.

Parágrafo primeiro - Para efeito do lançamento da Contri- ção de Melhoria, em se tratando de vila edificada no interior do reirão, o "quantum" correspondente a área pavimentada fronteiri- entrada da vila será cobrado de cada proprietário na proporcio- dade do terreno ou fração ideal de cada um.

Parágrafo segundo - A área reservada à vila ou logradouro mo, de serventia comum a seus moradores, será pavimentada inte- ente à expensas dos proprietários.

Artigo 125 - Para efeito de cálculo para o lançamento da ...tribuição de Melhoria, considerar-se-á como uma só propriedade as ... contíguas de um mesmo proprietário, ainda que proveniente de ...s diversos.

Parágrafo primeiro - Quando se tratar de logradouros onde ... terrenos fisicamente divididos em lotes de tamanho normal e ou... divididos em forme de chácaras, ou sítios, considerar-se-á, pa... feito de rateio da Contribuição da Melhoria, uma média no caso ...timos, levando-se em conta a testada fictícia, testada real ou ... sobre a qual incidirá o tributo.

Parágrafo segundo - No caso de parcelamento de imóvel lan... poderá o lançamento, mediante requerimento fundamentado do in...ssado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis ...ue efetivamente se subdividir o primeiro, desde que o parcela... tenha sido feito oficialmente pela Prefeitura e que não impli... em mudança do nome do sujeito passivo, salvo se com a comprovada ...cia deste.

Parágrafo terceiro - Para se efetuar os novos lançamentos ...stos no parágrafo anterior, será a quota relativa à propriedade ...tiva, distribuída de forma à soma das novas quotas correspondam ...ta global anterior, acrescida das penalidades, se for o caso.

Artigo 126 - A cobrança da Contribuição de Melhoria terá ...limite total o custo das obras, computadas as despesas de estu... projetos, fiscalização, execução, administração, desapropriação ...ro, financiamentos ou empréstimos, e terá a sua expressão mo... atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de ...iente de correção monetária.

Parágrafo primeiro - Serão incluídos nos orçamentos de cus... obras todos os investimentos necessários para que os benefí... pelas decorrentes, sejam integralmente alcançados pelos imóveis ...os nas respectivas zonas de influência.

Parágrafo segundo - A percentagem do custo real a ser co... mediante a Contribuição de Melhoria, será fixada tendo em ... a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as ativi... econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da re...

Artigo 127 - Quando a obra for entregue gradativamente ao ...., Contribuição de Melhoria, a juízo da repartição competente, ... ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Artigo 128 - Para a cobrança da Contribuição de melhoria, a ...rição competente deverá publicar edital contendo, entre outros, ...intes elementos:

I - delimitação das áreas direta e indiretamente beneficia... a relação dos imóveis nela compreendidos;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV - determinação da parcela de custo das obras a ser res- pela Contribuição, com o correspondente plano de rateio en- imóveis beneficiados.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos ca- cobrança da Contribuição de Melhoria por obras públicas em ção, constantes de projetos ainda não concluídos.

Artigo 129 - Os proprietários de imóveis situados em zonas ficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a ar da data de publicação do edital, para a impugnação de qual- dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da .

Parágrafo único - Presume-se total concordância do contri- aos termos do edital, caso não exerça seu direito de impugna- prazo previsto neste artigo.

Artigo 130 - A impugnação deverá ser dirigida à repartição tente através de petição escrita, que servirá para o início do sso administrativo.

Artigo 131 - Executada a obra de melhoramento na sua tota- ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, o a justificar o início da cobrança da Contribuição de melho- roceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois blicado o respectivo demonstrativo de custo e as informações tas no artigo 128, desta Lei.

Artigo 132 - O órgão encarregado do lançamento deverá es- rar, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria respondente a cada imóvel, notificando o proprietário, diretamen- por edital:

I - do valor da Contribuição de Melhoria lançado;

II - do prazo para o seu pagamento, suas prestações e venci-

III - do prazo para impugnação do lançamento;

IV - do local do pagamento.

Parágrafo primeiro - Dentro do prazo que lhe for concedido tificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) o contribuinte poderá reclamar, ao órgão lançador, contra:

I - o erro na localização e dimensões do imóvel;

II - o cálculo dos índices atribuídos;

III - o valor da contribuição;

IV - o número de prestações.

Parágrafo segundo - Presume-se a concordância do contri- com o lançamento, caso não se manifeste no prazo deste arti-

Artigo 133 - As impugnações previstas nos artigos 129 e 132 endem o início ou prosseguimento das obras e não terão efeito de r a administração à prática dos atos necessários ao lançamento brança da Contribuição de Melhoria à execução das obras.

Artigo 134 - O débito da contribuição de Melhoria poderá parcelado em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e suces- não podendo o valor da prestação ser inferior a 15 % (quinze nto) da Unidade Fiscal de Araporã - UFA, aplicando-se ao débi- disposto no parágrafo primeiro do artigo 30 e as demais dispo- legais pertinentes.

Artigo 135 - Caso a execução das obras esteja a cargo de ssionário de serviço municipal, a Prefeitura poderá lançar e ar a Contribuição, independentemente de expressa permissão no to de concessão, ficando a concessionária obrigada a facili- por todos os modos, a atividade fazendária.

Parágrafo primeiro - Na hipótese deste artigo, o Município derá exigir a contribuição na proporção dos investimentos que er feito nas mencionadas obras.

Parágrafo segundo - Em qualquer caso, seja total ou parcial rticipação do Município, as obras realizadas incorporam-se ao nio Público Municipal.

Artigo 136 - A Contribuição de Melhoria não liquidada no cio de seu lançamento e vencida, será inscrita regularmente em Ativa no exercício subsquente, vencendo-se automaticamente a dade do débito restante, se houver.

Artigo 137 - O lançamento da Contribuição de Melhoria e alterações serão comunicados aos contribuintes, por edital afi- a Prefeitura, por publicação em jornal local, mediante notifi- direta ou por outra forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único - No caso de comunicação por meio de aviso a falta de remessa ou o seu não recebimento, não isenta o ntribuinte do cumprimento de suas obrigações fiscais, especialmen- que se refiram ao pagamento da contribuição de Melhoria em sua regulamentar.

Artigo 138 - De preferência ao lançamento da Contribuição de Melhoria, a Prefeitura poderá promover a adesão contratual do contribuinte desse tributo, mediante a utilização de contrato padrão, onde se assegure ao Fisco Municipal o direito de receber, a Dívida Ativa.

Artigo 139 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de Melhoria, enquadrar-se-ão em dois programas:

I - Ordinário: quando referentes a obras preferências e de iniciativa própria da Administração;

II - Extraordinário: quando se referirem a obras de menor interesse geral, solicitadas, pelo menos, por 60% (sessenta por cento) dos proprietários interessados e que tenham suas casas construídas no logradouro; ou 50% (cinquenta por cento), completando-se o mínimo de 70% (setenta por cento) de adesões dos proprietários dos lotes vazios mais 20% (vinte por cento), os quais assinarão o contrato padrão antes do início das obras.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese, seja a obra executada pelo Programa Ordinário, seja pelo Programa Extraordinário, será sempre feito o Processo Tributário Administrativo de lançamento da Contribuição de Melhoria.

Artigo 140 - Iniciada a execução de qualquer obra sujeita à Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário competente providenciará no sentido de que, em certidão negativa que venha a ser fornecida conste o ônus fiscal correspondente ao imóvel respectivo.

Parágrafo único - Quando se tratar de obras concluídas, cuja Contribuição de Melhoria já tenha sido lançada, para a expedição de certidões ou qualquer outro documento por órgão do Município, relativamente a imóveis que estejam no logradouro público, deverá ainda ser verificada a situação do beneficiário quanto ao pagamento do tributo.

Artigo 141 - Aos casos omissos ou contraditórios, por acaso existentes, serão aplicadas as disposições de Lei Federal ou Estadual, pertinentes à espécie.

TITULO VI

CAPITULO UNICO

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS - ITBI

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDENCIA

Artigo 142 - O Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis e Direitos a eles relativos por Ato Oneroso "Inter-Vivos" - ITBI -, tem por fatos geradores:

I - Na transmissão onerosa, a qualquer título, da proprie-
ou domicílio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão fí-
, situados no território do Município, conforme definido no Có-
Civil.

II - Na transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos
, exceto os de garantia, sobre imóveis situados no território
Município.

III - Na acesão onerosa de direitos relativos às transmissões
bens referidos nos incisos anteriores

Parágrafo primeiro - O disposto neste artigo abrange as se-
tes mutações patrimoniais:

I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

II - adjudicação, quando não decorrente de sucessão heredi-
ria;

III - os compromissos ou promessas de compra e venda de imó-
, sem a cláusula de arrependimento, ou a cessão de direitos de-
decorrentes;

IV - dação em pagamento;

V - arrematação;

VI - mandato em causa própria e seus subestabelecimentos,
do esses configurarem transação e o instrumento contenha os re-
itos essenciais à compra e venda;

VII - instituição de usufruto convencional;

VIII - tornas ou reposições que ocorram na divisão para extin-
de condomínios de imóveis quando recebida por qualquer condomino
ta-parte material, cujo valor seja maior que o valor de sua quota
al, incidindo sobre a diferença;

IX - permuta de bens imóveis e de direitos a eles relativos;

X - licitação, remição, tornas ou reposições, enfiteuse su-
fiteuse, cessão de direito de meação, cessão de direitos heredi-
rios, cessão de posse incluindo a de servidão, cessão de cessão e
são física;

XI - aquisição prescritiva ao exercitado esse direito atra-
s da ação de usucapião;

XII - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, obser-
o disposto no artigo 143, inciso IV;

XIII - quaisquer outros atos e contratos onerosos, translati-
de propriedade de bens e imóveis, sujeitos à transcrição na for-
da Lei.

Parágrafo segundo - Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda.

Parágrafo terceiro - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens e imóveis, por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens e imóveis, por outros quaisquer bens fora do território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

SEÇÃO II

DA NÃO INCIDENCIA

Artigo 143 - O imposto não incide sobre:

I - transmissão em que figurem como adquirentes a União, os Estados, o Município e respectivas autarquias e fundações;

II - transmissão de bens ao cônjugue, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III - extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da núa-propriedade;

IV - indenização de benfeitorias, pelo proprietário ao locatário consideradas aquelas de acordo com a Lei Civil;

V - transmissão decorrente da execução de planos de habitação para a população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;

VI - transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

VII - a transmissão de bens ou direitos ao companheiro ou a companheira, oriunda da disolução da sociedade em concubinato;

Parágrafo primeiro - O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Parágrafo segundo - Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à aquisição, decorrerem das transações mencionadas no parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 24 (vinte e quatro) meses antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando-se em conta os 24 (vinte e quatro) primeiros meses seguidos da data do início das atividades.

Parágrafo quarto - A pessoa jurídica, antes de formalizar a transmissão, comprovará ser beneficiária da não incidência por seu contrato social ou estatuto e balanços, revestidos de todasas formalidades legais.

SEÇÃO III

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSAVEL

Artigo 144 - Contribuinte do imposto é:

I - o adquirente ou cessionário do bem imóvel ou direito a ele relativo;

II - na permuta, cada um dos permutantes.

Artigo 145 - Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis, na forma do Artigo 134 da Lei Federal Nº 55.172 de 05/10/66

SEÇÃO IV

DA BASE DE CALCULO

Artigo 146 - A base do cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico, ou o valor atribuido ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, se este for maior.

Parágrafo primeiro - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for o maior.

Parágrafo segundo - Nas tornas ou reposições a base de cálculo será o valor da fração ideal.

Parágrafo terceiro - Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

Parágrafo quarto - Nas rendas expressamente construídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio, ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo quinto - Na concessão real de uso, a base de cálculo será do valor do negócio jurídico, ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo sexto - No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo sétimo - No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização, ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

Parágrafo oitavo - Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra-núa estabelecida pelo órgão federal competente, poderá o Município atualizá-lo monetariamente.

Parágrafo nono - A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto, será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

Parágrafo décimo - Na avaliação serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos, quanto ao imóvel:

I - zoneamento urbano;

II - características da região;

III - características do terreno;

IV - características da construção;

V - Valores aferidos no mercado imobiliário;

VI - outros dados informativos, tecnicamente reconhecidos.

Parágrafo décimo primeiro - Nos casos abaixo, a base de cálculo será:

I - na arrematação, adjudicação, remição, licitação e acessão física, a valor pago;

II - nas tornas ou reposições, o valor que exceder ao da ção, de herança ou da cota-parte , relativamente a imóveis ou di- eitos;

III - na permuta, o valor de cada imóvel ou direito;

IV - na instituição de usufruto ou fideicomisso, cinquenta or cento (50%) do valor do bem imóvel.

Parágrafo décimo segundo - O valor estabelecido na forma este artigo prevalecerá pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da ação, exceto se decorrente da avaliação judicial ou hasta pública e contar-se-á do trânsito em julgado da decisão proferida no fei- o, relativamente ao bem imóvel ou direito.

Parágrafo décimo terceiro - Passando o prazo estabelecido o parágrafo anterior é lícito ao contribuinte requerer a estimativa ocal, preenchendo a guia relativa à transmissão prevista no artigo 00.

SEÇÃO V

DAS ALIQUOTAS

Artigo 147 - O imposto será calculado, aplicando-se sobre valor estabelecido como base de cálculo, as seguintes alíquotas:

I - transmissões compreendidas no sistema financeiro da ha- itação, em relação à parcela financiada, 0,5% (meio por cento);

II - nas demais transmissões e cessões, 2% (dois por cento).

Artigo 148 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas de egistro de imóveis e de registros de títulos e documentos e quais- er outros serventuários da justiça deverão, quando da prática de aisquer atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direi- os a eles relativos, bem como suas cessões, exigir que os interes- ados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o ual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Artigo 149 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas e egistro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam rigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Municipal, exame em ofício, dos livros, registros e outros documentos e a lhe forne- er, quando solicitados, certidões de atos que forem lavrados, scritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou di- os a eles relativos.

SEÇÃO VI

DO PAGAMENTO E DO PRAZO

Artigo 150 - O imposto será pago:

I - até a data da lavratura do instrumento que servir de [illegible] transmissão, quando realizada no município;

II - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizada fora do Município;

III - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do trânsito em julgado da decisão, se o título de transmissão for sentença judicial.

Parágrafo único - Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em conseqüência, lavrada a escritura;

II - àquele que venha perder o imóvel, em virtude de pacto de retrovenda.

Artigo 151 - O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I - anulação de transmissão, decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão de contrato e desfazimento da arrematação, com fundamento no Artigo 1.136 do Código Civil.

IV - a parte em que houver sido recolhido a maior;

Artigo 152 - A guia para pagamento do imposto, será emitida pelo órgão municipal competente, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo primeiro - A guia relativa à transmissão independerá da assinatura do contribuinte, porém, poderá fazer constar da mesma o nome do interessado ou despachante encarregado do encaminhamento.

Parágrafo segundo - A falta de assinatura, do contribuinte, na situação estabelecida no parágrafo anterior, não lhe isenta de responsabilidade, se efetivada a transmissão.

Parágrafo terceiro - O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, o modelo, número de vias e normas de controle da guia referida à transmissão.

Artigo 153 - O imposto será recolhido em estabelecimento bancário autorizado ou repartição arrecadadora do Município.

Parágrafo único - O pagamento deverá ocorrer no prazo de 30 dias da fixação do valor, e sempre antes da lavratura da escritura ou apresentação do título ao registro público.

Artigo 154 - O pagamento do imposto, após o vencimento fica

I - aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - à atualização monetária do débito será feita aplicando a variação da Taxa Referencial mensal - TR - acumulada a partir do primeiro dia após o vencimento;

III - multa de mora, por falta de pagamento, pagamento a menor ou intempestivo do imposto, quando houver espontaneidade no recolhimento do principal, monetariamente corrigido:

a) de 5% (cinco por cento), se o pagamento se efetivar até 30 (trinta) dias;

b) de 10% (dez por cento), se o pagamento se efetivar até 60 (sessenta) dias;

c) de 15% (quinze por cento), se o pagamento se efetivar até 90 (noventa) dias;

d) de 30% (trinta por cento), se o pagamento se efetivar após 90 (noventa) dias;

IV - multa de reavaliação, havendo ação fiscal, de 100% (cem por cento), observadas as seguintes reduções:

a) 50% (cinquenta por cento) de seu valor quando o recolhimento ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recolhimento do termo de Notificação fiscal, sem a apresentação de reclamação pelo contribuinte;

b) 60% (sessenta por cento) de seu valor, quando o recolhimento ocorrer dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recolhimento do Termo de Notificação Fiscal, com declaração, expressa, do contribuinte, de desistência da reclamação;

c) 70% (setenta por cento) de seu valor, quando o recolhimento ocorrer dentro do prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data do recolhimento do Termo de Notificação Fiscal se revel o autuado.

SEÇÃO VII

DAS PENALIDADES

Artigo 155 - A pessoa física ou jurídica que não cumprir as obrigações acessórias previstas neste Título sujeitar-se-á às penalidades:

I - multa no valor de 2 (duas) UFA - Unidade Fiscal de Araporã:

a) por deixar de apresentar, no prazo e forma regulamentares, demonstrativo de inexistência de preponderância de atividades nos termos do artigo 143 e seus parágrafos;

b) por deixar de apresentar, no prazo e forma regulamentar, declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

II - multa no valor de 5 (cinco) UFA - Unidade Fiscal de Araporã:

a) por deixar de prestar informações quando solicitadas pe- o fisco;

b) por embaraçar ou impedir a ação do fisco;

c) por deixar de exibir livros, documentos e outros elemen- os, quando solicitados pelo fisco;

d) por fornecer ou apresentar ao fisco informações ou docu- entos inexatos ou inverídicos.

III - por não apresentar o seu título à repartição fiscaliza- ora no prazo legal, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do im- osto;

IV - por não efetuar o pagamento do imposto nos prazos acima ados 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo único - Igual penalidade será aplicada aos ser- entuários que agirem em desacordo às disposições do artigo 158.

Artigo 156 - Nas transações em que figurarem como adquiren- es ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou em caso de não cidência, o recolhimento dessas situações será declarado pela au- oridade fiscal, na forma em que dispuser o regulamento.

Artigo 157 - Na aquisição de terreno ou fração ideal de erreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados em ontrato de construção por empreiteira ou administração, deverá ser omprovada a preexistência do referido contrato, sob pena de ser xigido o imposto sobre imóvel, incluída a construção e/ou benfeito- ias, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo a propriedade.

SEÇÃO VIII
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Artigo 158 - O sujeito passivo é obrigado a apresentar, na epartição competente da Prefeitura, os documentos e informações ne- essários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regula- ento.

Artigo 159 - Os tabeliães e escrivães, não poderão lavrar nstrumentos, escrituras ou termos judiciais, sem que o imposto de- ido tenha sido pago.

Artigo 160 - Os tabeliães e escrivães, transcreverão a guia e recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos udiciais que lavrarem.

Artigo 161 - Outras obrigações do contribuinte:

I - recolher o impopsto no prazo estabelecido na guia de ecolhimento;

II - manter em seu poder o comprovante de recolhimento do posto ou o título aquisitivo se deste contar a data e o valor, até ue ocorra o prazo decadencial ou prescriscional;

III - exibir ao fisco, quando solicitado, no prazo de 10 ez) dias, o comprovante de pagamento do imposto, observado o dis- osto no inciso anterior;

SEÇÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 162 - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, o montante do imposto sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis - ITBI.

Artigo 163 - O crédito tributário não liquidado na época própria, fica sujeito à atualização monetária.

Parágrafo Único - Aplicar-se-á a este Título, no que couber, as disposições do Código Tributário Nacional -CTN.

TITULO VII

DAS TAXAS

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 164 - As taxas que serão cobradas pelo Município de Araporã tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou utilização, afetiva e potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou à sua disposição.

Artigo 165 - A inscrição, o lançamento, a fiscalização, a aplicação de penalidades e demais dispositivos previstos na Parte Geral deste Código aplicam-se também às taxas, salvo nos caso especialmente estipulados.

Parágrafo primeiro - As taxas devidas pelo poder de polícia tem como data de ocorrência do fato gerador o dia 1º de Janeiro de cada exercício financeiro, ressalvadas as hipóteses do início de atividades ou da prestação do serviço, quando esta determinará aquela.

Parágrafo segundo - O valor da taxa devida, na hipóteses da ressalva do parágrafo anterior, ou do encerramento da prestação do serviço, será proporcional ao número de meses que faltarem para o encerramento do exercício financeiro, no primeiro caso, ou de meses decorridos no segundo caso.

Artigo 166 - A incidência e a cobrança da taxa independem:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;

III - da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para o qual tenha sido aquela requerida;

IV - do resultado financeiro da atividade exercida;

V - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

CAPITULO II

DAS TAXAS

Artigo 167 - Pelo exercício regular do poder de polícia serão cobradas as seguintes taxas de;

I - localização e funcionamento;

II - fiscalização do funcionamento;

III - publicidade;

IV - para construir;

V - para exploração de pedreiras, barreiras ou saibreiras e para extração de areia;

VI - para a execução de loteamento ou arruamento em terreno particular;

VII - licença sanitária: a) da liberação;
b) da fiscalização sanitária.

SEÇÃO I

DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

FUNCIONAMENTO

Artigo 168 - A taxa de licença de Localização e Funcionamento, que será cobrada de uma única vez, tem como fato gerador o licenciamento obrigatório para a instalação de estabelecimento ou para o exercício, no território do Município, de qualquer atividade comercial, industrial, agropecuária de crédito, de seguro, de capitalização, de prestação de serviços, de arte, de ofício ou profissão.

Parágrafo primeiro - A taxa citada no artigo incide, ainda sobre a localização e funcionamento de comércio ambulante, ou feirante de barracas, de balcões em mercados, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança do preço público pela utilização de área de domínio público.

Parágrafo segundo - A taxa é devida mesmo no caso de atividades eventuais, periódicas ou não.

Artigo 169 - A Licença de Localização e Funcionamento será concedida mediante expedição de alvará, por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento.

Artigo 170 - Será expedido novo Alvará sempre que ocorrer mudança de endereço, de denominação do estabelecimento ou do ramo de atividade.

Parágrafo único - A Fazenda Municipal não cobrará qualquer taxa ou tarifa em razão da mudança do nome do estabelecimento ou da atividade, a não ser aquelas destinadas a cobrir os gastos com a expedição do novo Alvará.

Artigo 171 - O Alvará será expedido mediante requerimento obrigatório do interessado, para vistoria do estabelecimento, pagamento da respectiva taxa e preenchimento da ficha de inscrição cadastral própria, a qual conterá, pelo menos, os seguintes elementos:

a) nome da pessoa a qual for concedido;

b) local do estabelecimento ou da atividade;

c) ramo de negócio ou atividade;

d) prazo de validade;

e) número de inscrição;

f) horário de funcionamento;

g) data e assinatura da autoridade competente.

Artigo 172 - O alvará de licença de localização e funcionamento será conservado em local visível ao público e à fiscalização.

Parágrafo primeiro - o não cumprimento do disposto nesta seção acarretará a interdição do estabelecimento ou atividade.

Parágrafo segundo - A interdição será precedida de notificação preliminar, para que o responsável pelo estabelecimento ou atividade regularize a situação em 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas cabíveis.

Artigo 173 - São isentos de pagamento desta taxa, quando no exercício de atividade comercial, eventual ou ambulante:

I - os cegos e mutilados que exercerem comércio, indústria ou prestação de serviços em escala considerada mínima;

II - os vendedores de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates.

Artigo 174 - A Taxa de Licença de Localização e Funcionamento tem como base de cálculo o custo estimado da atividade policiadora administrativa e será cobrada de acordo com a seguinte tabela, incidente sobre o valor da UFA:

I - Valor por módulo de 10 m2 (dez metros quadrados), ou fração, de construção ou área ocupada:

a - indústria, exceto as poluidoras - 0,04 (quatro centésimos);

b - indústrias, poluidoras em geral, 0,08 (oito centésimos);

c - comércios, serviços, oficinas e ateliers 0,04 (quatro centésimos);

d - demais atividades - 0,04 (quatro centésimos).

II - Valor cobrado por quantias fixas:

a - ambulantes em geral - 0,08 (oito centésimos);

b - feirantes permanentes - 0,4 (quatro décimos);

c - feirantes não permanentes - 0,8 (oito décimos).

III - Comércio eventual, por mês - 0,4 (quatro décimos).

Parágrafo primeiro - No exercício financeiro da incidência tributária da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento, com exceção do inciso III da tabela do artigo, não haverá aplicação do artigo 176, excetuada a do seu parágrafo único.

Parágrafo segundo - O calor da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento não poderá ultrapassar a 20 (vinte) UFA.

SEÇÃO II

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Artigo 175 - A taxa de Fiscalização de Funcionamento é devida em razão da atividade administrativa do Poder de Polícia quanto ao controle do cumprimento da legislação municipal, regedora do exercício da atividade comercial, industrial e de prestação de serviços.

Artigo 176 - A Taxa de Fiscalização de Funcionamento tem como base de cálculo o custo estimado da atividade policiadora e será cobrada anualmente de acordo com a seguinte tabela, calculada sobre o valor da UFA:

I - Valor por metro quadrado de construção ou área ocupada:

a - indústrias, exceto as poluidoras - 0,005 (cinco milésimos);

b - indústrias poluidoras, em geral - 0,01 (hum centésimo);

c - comércio, serviços, oficinas e ateliers - 0,005 (cinco milésimos);

d - demais atividades - 0,005 (cinco milésimos).

II - valor cobrado por quantias fixas com base na UFA:

a - ambulantes em geral - 0,07 (sete centésimos);

b - feirantes permanentes - 0,5 (cinco décimos);

c - feirantes não permanentes - 1,0 (uma unidade);

d - comércio eventual, por mês - 0,4 (quatro décimos).

Parágrafo único - Em decorrência de autorização do Poder Executivo para funcionamento do comércio em horário além do normal, será cobrada de cada estabelecimento comercial a taxa de 0,05 (cinco centésimos) da UFA por dia de funcionamento autorizado.

Artigo 177 - O valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento não poderá ultrapassar a 20 (vinte) UFA.

SEÇÃO III

DA TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE

Artigo 178 - A Taxa de Licença de Publicidade tem como fato gerador o licenciamento obrigatório para a exploração e utilização dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de acesso ao público.

Artigo 179 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, faixas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes luminosos ou não, afixados, distribuidores ou pintados em paredes, muros, portas, veículos ou calçadas;

II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes, similares e propagandistas.

Parágrafo único - Esta taxa é devida mesmo que o contribuinte se sirva de propriedade pública ou particular desde que visível ou audível da via pública.

Artigo 180 - Responde pela observância das disposições desta Seção toda pessoa física ou jurídica a qual, direta ou indiretamente, a publicidade venha beneficiar.

Artigo 181 - O contribuinte deverá fazer requerimento, dirigido ao Prefeito Municipal, pedindo-lhe seja autorizada a utilização e exploração dos meios de publicidade nas hipóteses do artigo 179.

Parágrafo único - Do requerimento aludido no "Caput" deste artigo, deverão constar a dimensão e os dizeres dos veículos de informação, mencionados no inciso I, do artigo 158.

Artigo 182 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar painéis ou anúncios, sujeitos à taxa, o número de identificação ou da licença fornecida pela repartição competente.

Artigo 183 - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando, neste particular, sujeitos à revisão pela repartição responsável.

Artigo 184 - São isentos da Taxa de Licença de Publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas, caminhos e logradouros públicos;

III - os dísticos, logotipos ou denominações de estabelecimentos quando colocados em suas paredes ou vitrines internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas, catálogos ou transmitidos em estações de rádio-difusão ou televisão.

Artigo 185 - A Taxa de Licença de Publicidade cobrada anualmente, tem como base de cálculo o custo provável da atividade fiscalizadora administrativa e será cobrada por quantia determinada, calculada sobre índices da UFA, de acordo com a seguinte tabela:

I - publicidade fixada ou pintada nas partes externas do estabelecimento, por metro quadrado, 0,2 (dois décimos);

II - placas ou anúncios colocados em veículos, terrenos, taipas, platibandasou prédios, por metro quadrado, 0,2 (dois décimos);

III - anúncios colocados em locais visíveis de estradas municipais, estaduais ou federais, por metro quadrado, 0,5 (cinco décimos);

IV - anúncios afixados em paredes e muros, por meio de pinturas, faixas cartazes em papel e/ou outros materiais por unidade, por mês - 0,1 (hum décimo);

V - anúncios, por veículo, quando escritos, transcritos, ...coplados ou estampados em veículos, por mês - 0,05 (cinco centési-...os);

VI - propaganda falada, por ponto fixo ou móvel, e por dia - ...02 (dois centésimos);

VII - outros casos, não previstos especificamente, por mês - ...1 (hum décimo).

Parágrafo primeiro - Entende-se como anúncios em veículos ...da legenda, reclame, palavra, combinação de palavras, desenhos, ...ravuras, dísticos, originais e característicos que se destinem a ...rego como meio de recomendar quaisquer atividades, realçar quali-...de de produtos, mercadorias e serviços, ou a atrair atenção de ...sumidores e usuários.

Parágrafo segundo - Em qualquer caso, se a publicidade for ... produtos de fumo ou bebidas alcoólicas, os valores fixados nesta ...cela serão cobrados com um acréscimo de 200% (duzentos por cento), ...almente.

Parágrafo terceiro - Sujeitar-se, ainda, ao acréscimo de ...% (cento e cinquenta por cento) publicidade de qualquer natureza ...ita em língua estrangeira, anualmente.

Parágrafo quarto - A Taxa de Licença de Publicidade não se-... cobrada quando se referir a dísticos ou logotipos do anunciante ...icadas em veículos de sua propriedade e que não execedam a 0,30 ...timetros quadrados por unidade e não excedente a 02 (duas) unida-...s por veículo.

Artigo 186 - Salvo nos casos previstos em regulamento, a ... de publicidade será paga adiantadamente, no ato da expedição da ...ença.

SEÇÃO IV

DA TAXA DE LICENÇA PARA CONSTRUIR

Artigo 187 - A Taxa de Licença para Construir tem como fato ...rrer o licenciamento para execução de obras particulares, seja de ...strução, reconstrução, reforma ou demolição, ou qualquer outra ..., dentro da área urbana do Município, ou a este equiparada por ...

Artigo 188 - Nenhuma obra civil, seja de que natureza for, ...erá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e sem ...amento da taxa, se devida for.

Artigo 189 - São isentos desta taxa:

I - obras de pintura ou limpeza, de prédios, muros e gra-
is;

II - construção de muros e passeios, quando do tipo aprovado
ela Prefeitura;

III - construção de barracões destinados a guarda de mate-
iais para obras já devidamente licenciadas;

IV - obras populares, definidas em regulamento, mediante re-
uerimento de isenção encaminhado ao Prefeito.

Artigo 190 - A licença só será concedida mediante prévia
rovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação
rbanística em vigor.

Artigo 191 - A licença terá período de validade fixado de
cordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo único - Terminado o prazo estabelecido no alvará,
em estar concluída a obra, o contibuinte é obrigado a renová-la me-
iante o pagamento da mesma taxa.

Artigo 192 - A Taxa de Licença para construir tem como base
e cálculo o custo provável da atividade policiadora administrativa
será cobrada de acordo com a seguinte tabela, cujos valores são
tidos mediante a aplicação do índice sobre a UFA:

I - construção de residências até 42 m2 (quarenta e dois
etros quadrados) - isento;

II - construção de residencias com mais de 42 m2 (quarenta e
is metros quadrados) - 0,007 (sete milésimos) por metro quadrado;

III - construção de residencias com mais de 80 m2 (oitenta
etros quadrados) - 0,01 (um centésimo), por metro quadrado;

IV - construção comercial e/ou industrial, por metro quadra-
- 0,01 (um centésimo);

V - galpão e/ou cobertura simples, por metro quadrado -
01 (um centésimo);

VI - reconstruções sem acréscimo de área, reformas, repa-
s, demolições e demais casos não previstos expressamente, por me-
quadrado - 0,005 (cinco milésimos).

Parágrafo único - Na hipótese do inciso I, somente será de-
a Taxa de Expediente, na forma do artigo 206.

SEÇÃO V

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, BARREIRAS OU SABREIRAS E PARA EXTRAÇÃO DE AREIA

Artigo 193 - Constitui fato gerador da Taxa de Licença para Exploração de Pedreiras, Barreiras ou Sabreiras e para Extração de Areia, o licenciamento obrigatório dessas atividades em razão do interesse público concernente à higiene, saúde e segurança pública.

Parágrafo único - A licença referida neste artigo não se aplica às explorações de jazidas que dependem de autorização, permissão ou concessão do Governo Federal, na forma da legislação aplicável.

Artigo 194 - A exploração e extração dos minerais referidos no artigo anterior somente poderão ser feitas mediante prévia licença da Prefeitura e expedição do competente alvará.

Artigo 195 - Se se tratar de atividade extrativa permanente as licenças deverão ser renovadas anualmente.

Artigo 196 - Esta taxa será cobrada mediante pagamento da importância correspondente a 02 (duas) UFA por ano ou fração, paga adiantadamente.

Artigo 197 - A falta de licenciamento obrigará o responsável ao pagamento da taxa acrescida de multa de 100% (cem por cento) sem prejuízo da apreensão e remoção do aparelho, paralização do serviço e outras medidas administrativas ou judiciais para obrigar o infrator a repor o terreno no seu estado primitivo.

Parágrafo único - No caso de não cumprimento da intimação para a reposição do terreno ao seu estado primitivo, o infrator pagará multa de 30% (trinta por cento) sobre a UFA por dia de retardamento.

SEÇÃO VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO OU ARRUAMENTO EM TERRENO PARTICULAR

Artigo 198 - A Taxa de licença para Execução de Loteamento ou Arruamento em Terreno Particular tem como fato gerador o licenciamento, na forma e condições da Legislação vigente, mediante prévia aprovação de plantas e projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares.

Artigo 199 - Nenhum projeto de arruamento ou loteamento poderá ser aprovado ou executado sem prévio pagamento desta taxa.

Artigo 200 - A taxa de que trata esta seção tem como base de cálculo o custo provável da atividade policiadora administrativa e será cobrada de acordo com a seguinte tabela, cujos valores são obtidos mediante a aplicação do índice sobre a UFA:

I - Arruamento

a - com área de até 10.000 m2 (dez mil metros quadrados), por metro quadrado, 0,0006 (seis décimos milésimos);

b - com área superior a 10.000 m2, por metro quadrado, 0,0004 (quatro décimos milésimos).

II - Loteamento

a - com área até 50.000 m2 (cinquenta mil metros quadrados), por metro quadrado 0,00016 (dezesseis décimos de milésimos);

b - com área superior a 50.000 m2 (cinquenta mil metros quadrados), por metro quadrado, 0,00020 (vinte décimos de milésimos).

III - Desmembramento

a - com área de até 10.000,00 m2 (dez mil metros quadrados)-0,0030 (trinta décimos milésimos) por metro quadrado;

b - com área superior a 10.000,00 m2 (dez mil metros quadrados)-0,0040 (quarenta décimos milésimos) por metro quadrado.

SEÇÃO VII

DA TAXA DE LICENÇA SANITÁRIA

Artigo 201 - A Taxa de Licença Sanitária será obrigatória para todos os estabelecimentos industriais, comerciais ou prestadores de serviços que produzam, fabriquem, transformem, distribuem, circulem, consomem, negociem, utilizem, usem produtos ou artigos de consumo humano ou de animais que dizem respeito à vida, à saúde e condições sanitárias.

Parágrafo primeiro - Após a aprovação das autoridades competentes, será concedida a Licença Sanitária e a mesma, pelo deferimento da petição inicial, será acompanhada da Caderneta de Inspeção Sanitária.

Parágrafo segundo - A Licença Sanitária terá validade por um ano, iniciando-se a 1º de Janeiro de cada exercício, ou a partir do início da atividade do contribuinte; nesta hipótese, a licença terá validade até o dia 31 de Dezembro do exercício a que se refere.

Parágrafo terceiro - O comprovante da Licença Sanitária deverá ser fixado em local visível ao público e às autoridades sanitárias.

Parágrafo quarto - A Licença Sanitária poderá ser cassada em qualquer época desde que se constate ou ocorra irregularidade ou infração a dispositivo da legislação pertinente ou que se manifeste o interesse público.

Artigo 202 - A Taxa de Licença Sanitária tem como base de calculo o custo provável da atividade policiadora administrativa, cobrada anualmente e calculada pelo índice multiplicado pelo valor da Unidade Fiscal de Araporã - UFA - , no mês em que for devida, de acordo com a seguinte tabela:

Estabelecimentos comerciais e/ou industriais com área construida de:

1 - Até 50 m2	0,5 (cinco décimos)
2 - Acima de 50 m2 até 150 m2	1,0 (uma unidade)
3 - Acima de 150 m2 até 300 m2	2,0 (duas unidades)
4 - Acima de 300 m2 até 500 m2	4,0 (quatro unidades)
5 - Acima de 500 m2 até 1.000 m2	5,0 (cinco unidades)
6 - Acima de 1.000 m2 até 10.000 m2	
a. pelos primeiros 1.500 m2	7,0 (sete unidades)
b. pela área excedente por módulo de 100 m2 ou fração	0,5 (cinco décimos)
7 - Acima de 10.000 m2	60,0 (sessenta unidades).

I - Comércio A

Panificadoras, supermercados, churrascarias, pizzarias, hotéis, laboratórios, atacadistas, indústrias de produtos alimentícios, farmácias, hospitais, consultórios médicos e odontológicos e estabelecimentos semelhantes e de idêntico porte 0,5 (cinco décimos).

II Comércio B

Bar e lanchonete, salão de beleza, barbearia, mercadinho, quitanda, comércio de frangos abatidos, pão de queijo, vitaminas de frutas, trailer e vendedores ambulantes, açougues, estabelecimentos semelhantes e de idêntico porte - 0,2 (dois décimos).

Parágrafo primeiro - O fato gerador é o requerimento do contribuinte ou o início da sua atividade, e, na renovação, o dia 01 de cada exercício financeiro.

Parágrafo segundo - Será cobrado do contribuinte o custo da vistoria de Inspeção Sanitária.

Artigo 203 - A Taxa de Licença Sanitária fica subordinada aos dispositivos contidos na Lei Municipal e suas posteriores alterações.

CAPITULO III

DAS TAXAS PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Artigo 204 - Pela utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, serão cobradas as seguintes taxas;

I - de expediente;

II - de iluminação pública;

III - de limpeza pública e coleta de lixo;

IV - de conservação de vias e logradouros públicos;

V - de esgoto sanitário;

VI - da análise de água;

VII - de extinção de insetos;

VIII - diária pela permanência de animais em local determinado pela Prefeitura, apreendidos em vias e logradouros públicos;

IX - estacionamento de veículos recolhidos a depósitos determinados pela Prefeitura, por autoridade regularmente competente;

X - de serviço funerário;

XI - de vigilância urbanística;

XII - diária de permanência de material apreendido.

Artigo 205 - Salvo disposição legal espressa, os bens apreendidos e não procurados no prazo de 40 (quarenta) dias, serão levados à praça ou leilão, pela Prefeitura. Descontadas as taxas pertinentes, bem como as despesas decorrentes, colocar-se-á o saldo à disposição do interessado.

Parágrafo único - Os bens apreendidos, considerados;

a - imprestáveis e sem valor econômico poderão ser imediatamente destruídos, salvo manifestação expressa do seu proprietário;

b - perecíveis e comestíveis poderão ser entregues às instituições filantrópicas, salvo manifestação expressa do seu proprietário;

c - não regularizados em 30 (trinta) dias e de interesse da administração municipal poderão ser incorporados ao patrimônio Municipal ou a ele destinados, desde que o valor dos tributos a serem pagos seja superior ao valor do bem, ou desde que as despesas para o seu leiloamento sejam inferiores aos mesmos.

SEÇÃO I

DA TAXA DE EXPEDIENTE

Artigo 206 - A Taxa de Expediente tem como fato gerador o ingresso em qualquer repartição da Prefeitura de requerimento, papéis ou documentos, para exame, apreciação ou despacho, bem como para a expedição, pelas mesmas repartições, de certidões, atestados, certificados, alvarás, averbações, autenticações, buscas, registros, anotações, lavraturas de termos e outros serviços de expediente.

Artigo 207 - A Taxa de Expediente é devida pelo requerente ou interessado na prática do ato.

Parágrafo único - Essa taxa não incide sobre atos em que o interessado do direito seja servidor público ou pessoa jurídica de direito público interno.

Artigo 208 - A cobrança da Taxa de Expediente será feita por processo mecânico ou mediante a extração de guia no ato da prestação do serviço antecipadamente, ou na forma prevista em regulamento.

Artigo 209 - A Taxa de expediente será cobrada de acordo com a seguinte tabela, cujos valores são obtidos mediante a aplicação do índice sobre a UFA:

I - atestados, certidões, alvarás, por lauda ou por página e por assunto - 0,02 (dois centésimos);

II - elementos não especificados no inciso anterior e a eles semelhantes ou equivalentes, por via, por folha ou por página - 0,01 (hum décimo);

III - averbação, registro e/ou baixas, por elemento e assunto - 0,04 (quatro décimos);

IV - busca de papéis arquivados ou entranhados em processos, por item e por assunto - 0,04 (quatro décimos);

V - fornecimento de cópias de plantas, aerogramas e outros, será o custo do serviço, na forma a ser regulamentada;

VI - pelo registro em protocolo de requerimento, cartas, petições e semelhantes - 0,02 (dois décimos).

Parágrafo primeiro - O Poder Executivo fixará o valor de reembolso a ser precedido pelo contribuinte na hipótese do fornecimento de guias de arrecadação e de outros elementos, facultando-lhe a aquisição desses impressos no mercado, desde que os mesmos obedeçam a padronização, na forma a ser regulamentada.

Parágrafo segundo - Os valores finais referentes aos incisos I a V não podem ser inferiores a 0,05 (cinco décimos) da UFA.

Parágrafo terceiro - Atendendo a situação de miserabilidade de interesse administrativo e de peculiar situação, o Poder executivo pode dispensar a cobrança da Taxa de Expediente a que se refere o artigo.

SEÇÃO II

DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Artigo 210 - Constitui fato gerador da Taxa de Iluminação Pública o fornecimento e manutenção de iluminação pública, de qualquer espécie, nas vias e logradouros públicos ou particulares, onde haja ou venha a ser instalada rede apropriada.

Artigo 211 - O contribuinte da taxa prevista no artigo anterior é o proprietário ou possuidor, a qualquer título de imóveis, construídos ou não, situados à margens de rede de iluminação.

Artigo 212 - Quando se tratar de imóvel não construído, ou não usuário de energia elétrica a taxa será lançada anualmente e poderá ser cobrada na mesma guia do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Artigo 213 - A cobrança da Taxa de Iluminação Pública, salvo no caso previsto no artigo anterior, será feita pela concessionária de energia elétrica, mensalmente, na própria conta de luz, mediante convênio.

Artigo 214 - Para fins de cobrança desta taxa considera-se imóvel a unidade inscrita no Cadastro técnico Municipal, para efeito de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

SEÇÃO III

DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

Artigo 215 - A Taxa de Limpeza pública e Coleta de Lixo tem como fato gerador a prestação de serviços de coleta de lixo domiciliar, varreção e capinação de vias e logradouros públicos e limpeza de bueiros e bocas de lobo.

Artigo 216 - Responsável pelo pagamento da taxa é o proprietário, titular do domicílio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, localizados em logradouros beneficiados por aqueles serviços.

Artigo 217 - A Taxa de Limpeza Pública e Coleta de Lixo poderá ser cobrada juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial Urbana ou, havendo interesse administrativo, em parcelas mensais que não poderão ultrapassar o exercício seguinte.

Parágrafo único - O Poder Executivo fixará limites máximos de pesagem ou cubagem acima dos quais será considerada prestação de serviços especiais a coleta de lixo e resíduos industriais e comerciais.

Artigo 218 - A taxa de que trata esta Seção tem como base de cálculo o custo provável do serviço e será devida na forma do artigo anterior, por unidade imobiliária com economia própria residencial ou destinada a qualquer outra atividade de acordo com a tabela a ser divulgada por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 219 - Para prestação de serviços especiais, tais como remoção extra de lixo, entulho de poda de árvores cadáveres de animais de pequeno e grande porte, unitariamente, será cobrada uma taxa.

Artigo 220 - Salvo nos casos em que a omissão do contribuinte resultar em violação das Leis Municipais, os serviços considerados especiais serão prestados compulsoriamente, tais como os de limpeza e coleta ou remoção de lixo e animais mortos, ou mediante solicitação do interessado ou diretamente pela Prefeitura.

Parágrafo único - Para os casos de comércio e indústria, aplicar-se-á o disposto no regulamento de que trata o artigo 218 deste Código, considerando-se os limites mínimos de pesagem e cubagem, acima dos quais será considerado prestação de serviço especial de coleta de lixo e resíduos.

SEÇÃO IV

DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artigo 221 - A Taxa de Conservação de Vias e logradouros Públicos tem como fato gerador a conservação dos leitos pavimentados de vias e logradouros públicos, situado dentro da zona urbana do Município.

Artigo 222 - A taxa é devida pelas pessoas sujeitas ao Imposto sobre Propriedade Predial e territorial Urbana, quando seus imóveis estiverem situados onde existe pavimentação.

Artigo 223 - A taxa prevista nesta Seção será cobrada juntamente com o imposto sobre a Propriedade Imobiliária e será devida anualmente à razão de 1% (hum por cento) sobre a unidade Fiscal de Araporã, por metro linear de testada ou fração, em toda a extenção do imóvel, no seu limite com a via ou logradouro público beneficiado.

SEÇÃO V

DA TAXA DE ESGOTO SANITARIO

Artigo 224 - Constitui fato gerador da Taxa de Esgoto Sanitário a efetiva utilização, ou a simples colocação à disposição do contribuinte, da rede de esgoto Municipal, nas vias e logradouros públicos e particulares, onde exista esse serviço.

Artigo 225 - Contribuinte deste taxa é o proprietário, titular do domínio útil possuidor, a qualquer título, de imóvel servido ou beneficiado pela rede de esgoto sanitário.

Parágrafo único - A taxa é devida mesmo se não houver ligação com a rede coletora.

Artigo 226 - A taxa prevista nesta Seção será lançada e arrecadada, observada a seguinte categoria de usuários:

I - usuário domiciliar;

II - usuário comecial;

III - usuário industrial.

Parágrafo único - Para cada categoria de usuário será cobrada mensalmente a taxa de Esgoto Sanitário na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 227 - Respeitadas as normas gerais deste Código, poderá o Poder executivo, autorizado pela Câmara Municipal celebrar convênios para cobrança e arrecadação desta taxa, concedendo os respectivos serviços.

Parágrafo primeiro - Se o serviço for concedido, o concessionário poderá baixar normas sobre a cobrança de tarifas, obedecidos os termos da concessão e da legislação vigente.

Parágrafo segundo - Mesmo em caso de concessão, poderá a Prefeitura, mediante convênio com a concessionária ou com as entidades responsáveis, arrecadar dos imóveis não sujeitos ao regime tarifário as taxas previstas na legislação, destinando-se esta arrecadação a cobrir despesas suportadas pela Prefeitura Municipal na implantação, espansão e manutenção do sistema de rede de esgoto.

SEÇÃO VI

DA TAXA DE AGUA

Artigo 228 - Constitui fato gerador da Taxa de Água o efetivo fornecimento ou a simples disponibilidade de água potável nas vias e logradouros públicos ou particulares, onde houver rede de distribuição.

Artigo 229 - Contribuinte desta taxa é o proprietário, titular do domínio ou possuidor, a qualquer título, de imóvel servido ou beneficiado pela rede de distribuição de água.

Artigo 230 - A taxa prevista nesta Seção será lançada e cobrada, observada a seguinte categoria de usuários:

I - usuário domiciliar;

II - usuário comercial;

III - usuário industrial.

Parágrafo único - Para cada categoria de usuário será cobrado mensalmente a taxa de água de acordo com os custos e o consumo.

Artigo 231 - Respeitadas as normas gerais deste Código, poderá o Poder Executivo, autorizado pela Câmara Municipal celebrar convênios para cobrança e arrecadação desta taxa, bem como delegar os respectivos serviços.

Parágrafo primeiro - Se o serviço for concedido, o concessionário poderá baixar normas sobre a cobrança de tarifas, obedecidas aos termos da concessão e da legislação vigente.

Parágrafo segundo - mesmo no caso de concessão, poderá a Prefeitura, mediante convênio com a concessionária ou com as entidades responsáveis, arrecadar dos imóveis não sujeitos ao regime tarifário as taxas previstas na legislação, destinando-se esta arrecadação a cobrir despesas suportadas pela Prefeitura Municipal na ampliação, expansão ou manutenção do sistema de abastecimento de água.

Parágrafo terceiro - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta seção.

SEÇÃO VII

DA TAXA DE EXTINÇÃO DE INSETOS

Artigo 232 - A cobrança da Taxa de Extinção de Insetos tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Poder Público Municipal de conformidade com o estabelecido nos seguintes incisos:

I - a taxa será cobrada sempre que o contribuinte requerer, através de petição própria para a mencionada prestação de serviço;

II - o valor da taxa será cobrado ao custo do serviço a ser prestado, devendo a prefeitura baixar ato fixando seu respectivo valor.

SEÇÃO VIII

DAS TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERARIOS

Artigo 233 - A Taxa de Serviços Funerários prestados pela Prefeitura Municipal de Araporã se refere aos custos pela prestação desses serviços.

Artigo 234 - Os preços a serem cobrados pelos serviços que o Serviço Funerário Municipal prestar e pelos artigos que fornecer serão regulamentados por Decreto e o seu cálculo considerará, entre outros, os seguintes itens:

I - os da mão-de-obra e dos materiais empregados;

II - os dos serviços de transporte e locomoção;

III - os de administração.

Parágrafo primeiro - Nos artigos adquiridos pela Prefeitura serão acrescidos os custos operacionais e administrativos.

Parágrafo segundo - Correrão por conta das partes interessadas as despesas administrativas, policiais e judiciais decorrentes dos sepultamentos, inclusive nos casos de exumação, autópsia, perícia e outras.

Parágrafo terceiro - O serviço de sepultamento de indigentes, incluindo o fornecimento de caixões, será efetuado gratuitamente pela Administração.

Parágrafo quarto - Os serviços prestados pela Prefeitura poderão ser cobrados em prestações, que serão mensalmente corrigidas de acordo com os índices de variação monetária ou pela adoção de tabela de correção monetária pré-fixada.

Artigo 235 - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Seção e disporá sobre condições de construção de jazigos, sepulturas e obras complementares.

SEÇAO IX

DA TAXA DE VIGILANCIA URBANISTICA

Artigo 236 - A Taxa de vigilância urbanística tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia e será cobrada do proprietário ou do titular do domínio útil e pleno de terrenos que estejam sujos, com matos ou lixo de qualquer natureza.

Artigo 237 - Aos contribuintes mencionados no artigo anterior serão aplicados os dispositivos da Lei Municipal nº 016/93.

Artigo 238 - A não satisfação da exigência estabelecida no artigo anterior, implicará na cobrança da taxa prevista nesta seção, no valor de uma UFA, por módulo de 360 m2 ou fração.

Parágrafo primeiro - O contribuinte, notificado da cobrança da taxa prevista nesta Seção terá prazo de 20 (vinte) dias para o seu recolhimento, o qual, não satisfeito, o sujeitará às penalidades previstas neste código e na Lei 016/93.

Parágrafo segundo - Nas hipóteses de risco à saúde e à vida, de danos materiais às áreas vizinhas e de comprometimento urbanístico visual, a Prefeitura poderá providenciar a limpeza do terreno, independentemente de notificação, cobrando do contribuinte as despesas decorrentes dessa providência, sem prejuízo do estabelecimento no artigo 237

Parágrafo terceiro - A cobrança das despesas referidas no parágrafo anterior será feita no prazo e formas estabelecidas no Parágrafo primeiro.

Artigo 239 - O Executivo poderá, ainda, determinar, sempre que considerar de conveniência ou de interesse administrativo, a interdição do imóvel.

Artigo 240 - A administração poderá, na permanência da situação descrita no artigo 236, realizar nova cobrança da taxa, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 016/93.

SEÇAO X

DA TAXA DE ANALISE DE AGUA

Artigo 241 - A Taxa de Análise de Agua tem como fato gerador o custo operacional dos serviços realizado pela Prefeitura e sempre que requeridos pela parte interessada.

Parágrafo primeiro - O pagamento da taxa será feito antecipadamente e por exame requerido e realizado.

Parágrafo segundo - Não será cobrada a taxa prevista nesta Seção da parte interessada cuja renda mensal familiar não seja superior a 03 (três) salários mínimos vigentes na região.

SEÇÃO XI

DA TAXA DE PERMANENCIA DE ANIMAIS EM DEPOSITOS DETERMINADOS PELA PREFEITURA, APREENDIDOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artigo 242 - A Taxa de Permanência de Animais em Depósitos Determinados pela Prefeitura, Apreendidos em Vias e Logradouros Públicos, tem como fato gerador o exercício regular do direito de polícia e cobrada quando da apreensão e guarda de animais encontrados nas vias e logradouros públicos.

Artigo 243 - Pela apreensão e transporte de animais serão cobradas as seguintes taxas, incidentes sobre a UFA:

I - animais de grande porte - 0,8 (oito décimos)

II - animais de médio porte - 0,5 (cinco décimos)

III - animais de pequeno porte - 0,3 (tres décimos)

Artigo 244 - Serão cobradas as seguintes diárias de permanência dos animais apreendidos e recolhidos em depósitos determinados pelo Poder Executivo, cujos índices são calculados sobre o valor da UFA:

I - animais de grande porte, por dia, 0,05 (cinco décimos)

II - animais de médio porte por dia. 0,15 (quinze décimos)

III - animais de pequeno porte, por dia, 0,1 (um décimo).

Parágrafo primeiro - Os animais apreendidos e não procurados pelos seus proprietários e/ou pelos mesmos não cumpridos os pagamentos devidos, dentro do prazo de 10 (dez) dias, poderão ser leiloados pela Prefeiitura, revertendo-se a favor da Prefeitura a receita obtida, os que não apresentarem valor econômico serão abatidos.

Parágrafo segundo - Os animais portadores de doença infecto-contagiosa serão imediatamente abatidos.

Parágrafo terceiro - A liberação dos animais somente se dará depois de cumpridas as hipóteses previstas neste artigo e no artigo 243, com o pagamento das taxas ou despesas efetuadas para satisfazer as normas sanitárias.

SEÇÃO XII

DA TAXA DE APREENSÃO E ESTACIONAMENTO DE VEICULOS EM DEPOSITOS DETERMINADOS PELA PREFEITURA, RECOLHIDOS DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artigo 245 - A taxa de apreensão e estacionamento de veículos em depósitos determinados pelo Poder Executivo, recolhidos das vias e logradouros públicos tem como fato gerador o exercício regular de polícia e a contraprestação de serviço específico prestado, e será nos seguintes casos, cujos índices são calculados sobre o valor da UFA:

I - apreensão de veículo - 0,1 (um décimo);

II - diária de estacionamento de veículo de pequeno e médio porte - 0,05 (cinco centésimos);

III - diária de estacionamento de veículo de grande porte - 0,07 (sete centésimos);

IV - reboque de veículo de pequeno e médio porte - 0,2 (dois décimos);

V - reboque de veículo de grande porte - 0,04 (quatro décimos).

Parágrafo primeiro - Na hipótese de ter sido utilizado os serviços de empresa privada na remoção do veículo, o valor da taxa será igual o valor pago por esta prestação de serviços.

Parágrafo segundo - A liberação dos veículos apreendidos, satisfeitas as disposições legais, fica condicionada à satisfação dos pagamentos previstos no artigo.

Parágrafo terceiro - Os veículos apreendidos e estacionados nos depósitos, que não forem retirados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, serão considerados abandonados, independentemente da existência de processo administrativo ou judicial existente e poderão ser leiloados pelo poder Executivo, o qual será ressarcido de todas e quais quer despesas realizadas, bem como do pagamento das taxas previstas no artigo, ficando o saldo, se houver, à disposição do seu legítimo credor.

TITULO VIII

DAS PENALIDADES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 246 - Sem prejuízo das disposições sobre infrações e penas constantes de outras leis municipais, as infrações a esta Lei serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transicionar com as repartições municipais;

III - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos;

IV - sujeição a sistema especial de fiscalização.

Artigo 247 - A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo e o seu cumprimento, não dispensa o infrator do pagamento do tributo devido, acrescido de multa tributária, multa de mora, juros de mora e correção monetária.

Artigo 248 - Presume-se a fraude fiscal quando houver reinscidência na omissão do pagamento ou quando o contribuinte não dispuser de elementos de convicção, em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

Artigo 249 - Constitui, também, fraude o não pagamento de tributos, tempestividade quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado este antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure 08 (oito) dias após, contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Artigo 250 - A fraude fiscal será apurada mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos da Lei ou regulamento.

Artigo 251 - Os co-autores, nas infrações ou tentativas de infração dos dispositivos desta Lei, respondem solidariamente pelo pagamento do tributo devido e demais penalidades impostas.

Artigo 252 - Apurando-se no mesmo processo, infração de mais de uma disposição desta Lei pela mesma pessoa, será aplicada somente a pena correspondente à infração mais grave.

Artigo 253 - Apurando-se responsabilidades de diversas pessoas não vinculadas por co-autoria, será imposta a cada uma delas a pena relativa a infração que houver cometido.

Artigo 254 - Ressalvados os casos previstos no artigo 31 e seu parágrafo único, artigo 32 e seu parágrafo primeiro, no caso de primeira reincidência, a sanção será agravada de 50% (cinquenta por cento) e nos demais, em 100% (cem por cento) por infração cometida.

SEÇÃO I

DAS MULTAS

Artigo 255 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.

Parágrafo único - Na graduação da multa, a autoridade fazendária levará em conta a gravidade da infração, os antecedentes do infrator e outras circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Artigo 256 - Será multado em até 100% (cem por cento) do valor da Unidade Fiscal de Araporã o contribuinte que:

a - praticar ato sujeito a licença, antes de sua expedição;

b - deixar de fazer inscrição de seus bens e de sua atividade no Cadastro Técnico Municipal;

c - deixar de fornecer à repartição fazendária competente, caso esteja obrigado a fazê-lo, dentro dos prazos estabelecidos, informações documentos, livros ou qualquer outro elemento necessário à caracterização de obrigação tributária;

d - embaraçar, dificultar ou impedir a ação da autoridade fazendária;

e - viciar ou falsificar documentos ou escrituração para evitar o pagamento do tributo ou reduzir-lhe o valor;

f - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida em Lei ou regulamento;

g - não mantiver os livros fiscais nos locais previstos no artigo 81.

Artigo 257 - Quando se tratar de infração de dispositivos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, previsto nos artigos 72 e seguintes deste Código, serão aplicadas ao contribuinte faltoso as seguintes multas:

I - de valor igual ao imposto, observada a imposição mínima de importância equivalente à metade da Unidade fiscal de Araporã:

a - aos que, sujeitos ao pagamento do imposto por estimativa, sonegarem documentos necessários á fixação do seu "quantum";

b - aos que, vencido o prazo regulamentar, não possuirem livros fiscais;

c - aos que, sujeito à emissão de nota fiscal, deixarem de emiti-la em operação tributária;

d - aos que, sujeitos ao pagamento do imposto, sonegarem ou destruírem documentos de controle ou fiscais, necessários à apuração do montante do imposto devido.

II - de 20% (vinte por cento) sobre o montante do imposto, aos que, sujeitos a escrita fiscal, deixarem de lançar no livro próprio o imposto devido;

III - de 10% (dez por cento) do valor tributável aos que não obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir nota fiscal ou outros documentos de controle exigidos por este código;

IV - igual ao valor tributável, aos que emitirem nota fiscal que corresponda a uma operação não tributável ou isenta, e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem dessas notas para produção de qualquer efeito fiscal;

V - igual a metade da UFA aos que, por qualquer forma, embaraçarem ou elidirem a ação fiscal ou se recusarem a apresentar livros ou papéis exigidos pela legislação municipal;

VI - de igual valor ao imposto, aos que, não retiverem o montante do imposto devido sobre o total da operação;

VII - igual ao dobro do montante do imposto devido sobre a operação, aos que não recolherem, no prazo regulamentar, o imposto retido do prestador dos serviço;

VIII - igual o valor da UFA;

a - aos que não apuserem, na forma regulamentar, o número da inscrição nas guias de recolhimento do imposto ou apuserem com incorreção ou de modo imperfeito;

b - aos que obrigados ao pagamento do imposto , não se acharem inscritos no cadastro Técnico Municipal.

IX - igual a 1/3 (um terço) da UFA aos que cometerem infração para a qual não haja penalidade específica.

Artigo 258 - As multas de que trata este capítulo serão aplicadas sem prejuízo da apuração de outras penalidades previstas na lei.

SEÇÃO II

DA PROIBIÇÃO DE TRANSICIONAR COM O MUNICIPIO

Artigo 259 - O contribuinte que estiver em débitos fiscais para com a Fazenda Municipal não poderá receber quantias ou créditos que tiver na Prefeitura, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a Prefeitura ou suas autarquias, entidades paraestatais ou subvencionadas com recursos municipais.

Parágrafo único - A proibição a que se refere este artigo, não se aplicará quando, sobre o débito fiscal, houver recurso administrativo ainda não decidido terminativamente.

SEÇÃO III

DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE ISENÇÕES

Artigo 260 - Todos os que gozarem do benefício da isenção de tributos em grau máximo, ou violar constantemente leis ou regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único - O regime especial de fiscalização será definido em regulamento.

CAPITULO II

DAS PENALIDADES FUNCIONAIS

Artigo 261 - Serão punidos com multa equivalente até o máximo de 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento ou remuneração mensal, sem prejuízo de pena mais grave, prevista em Lei:

a - os funcionários que, sendo de sua atribuição, se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitado na forma desta Lei;

b - os funcionários do fisco que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidades ou prejuízo ao fisco.

Artigo 262 - As penalidades deste Capítulo serão impostas pelo Prefeito Municipal mediante representação da autoridade fazendária competente, ou pela maneira prevista no regulamento.

Artigo 263 - O pagamento da multa decorrente do processo fiscal tornar-se-á exigível depois de passada em julgado a decisão em que impôs.

TITULO IX

DO PROCESSO FISCAL

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 264 - O processo tributário administrativo forma-se na repartição fiscal competente e organiza-se à semelhança dos autos forenses em folhas numeradas sequencialmente e rubricadas desenvolvendo-se em duas instâncias ordinárias e uma especial, assegurando-se ao contribuinte ampla defesa, é vedado reunir em uma só petição, reclamação ou recursos referentes a mais de um processo, ainda que versem sobre o mesmo assunto e/ou sejam do mesmo contribuinte.

Parágrafo primeiro - A primeira instância administrativa é representada pela Chefia do Setor Tributário, competente para apreciar e decidir sobre a reclamação do contribuinte contra qualquer ato de administração fazendária ou a petição de restituição de tributos e encargos legais, ou as consultas formuladas. Antes de decidir, todas as providências para o cabal esclarecimento da situação apresentada deverão ser tomadas, tais, como conversão do processo em diligência requisição de elementos probantes e informativos, averiguações, confirmações, perícias e outros necessários à instrução.

Parágrafo segundo - A segunda instância administrativa é constituída pela Junta de Revisão Fiscal, competente para apreciar e decidir sobre recurso apresentado pelo contribuinte contra decisão proferida em primeira instância.

Parágrafo terceiro - O julgamento do processo tributário administrativo em segunda instância, cinge-se aos apectos jurídicos da questão e da apreciação da prova constante do processo, sendo defeso ao contribuinte anexar ao seu recurso elementos que não foram acostados à sua reclamação.

Parágrafo quarto - A Junta de Revisão Fiscal poderá converter o processo em diligência, requisitar elementos que considere necessário à elucidação processual, solicitar averiguações, confirmações, perícias e outros dados destinados ao aclaramento e ao deslinde processual.

Parágrafo quinto - Das decisões de primeira instância que aumentarem tributos, multas tributárias, encargos legais, ou imporem multas isoladas novas ou desqualifiquem incidências tributárias ou for considerada outra tipificidade do fato gerador, da qual resulte tributo maior, caberá nova reclamação, reabrindo-se ao contribuinte a instância.

Parágrafo sexto - Das decisões proferidas em primeira instância, que resultarem em redução ou eliminação da obrigação tributária, do descumprimento da legislação vigente ou da jurisprudência administrativa, haverá recurso administrativo para a Junta de Revisão Fiscal, o recurso será interposto por simples declaração na própria decisão proferida; independentemente da manifestação, o processo subirá de ofício àquela instância.

Parágrafo sétimo - A instância especial é constituída pelo Secretário Municipal da Fazenda que apreciará e decidirá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação feita ao contribuinte da decisão proferida pela Junta de Revisão Fiscal que:

a - não considerar a prova feita no processo tributário administrativo;

b - não aplicar ou violar texto expresso da Lei;

c - alterar a jurisprudência administrativa;

d - reduzir ou eliminar montante de dívida superior a 50 (cinquenta) UFA - Unidade Fiscal de Araporã;

e - descumprir as Leis, Decretos, Portarias e a legislação tributária vigente.

Parágrafo oitavo - Na hipótese de ocorrer a instância especial dela será o mesmo notificado, faculta-se ao contribuinte , no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar memorial ao Secretário Municipal da Fazenda, no qual alinhará as razões de ordem jurídica que considere adequadas. O prazo fixado no parágrafo sétimo fluirá a

Parágrafo nono - A Junta de Revisão Fiscal, órgão colegiado, será constituída e organizada e instalada em ato do Executivo.

Parágrafo décimo - Enquanto não for instalada a Junta de Revisão Fiscal, a segunda instância será deslocada para Chefia do Departamento Municipal de Serviços Fazendários e a especial para a Chefia do Poder Executivo.

Artigo 265 - A instância administrativa termina com a decisão final irrecorrível proferida no processo, com o decurso do prazo para a reclamação ou o recurso ou pela afetação do caso ao Poder Judiciário.

Artigo 266 - O ingresso em Juízo, inclusive com a impetração de mandato importará na inscrição do devido em Dívida Ativa.

Artigo 267 - O processo tributário administrativo não poderá ser arquivado antes de proferida a decisão final, salvo nos casos previstos nesta Lei.

Artigo 268 - As incorreções ou omissões em autos ou peças do processo tributário administrativo não acarretarão a sua nulidade, podendo ser corrigidas ou sanadas em qualquer fase, desenvolvendo-se os prazos de defesa, se for o caso.

Artigo 269 - A inobservância dos prazos destinados à instrução, movimentação e julgamento de processos responsabilizará disciplinarmente o servidor culpado.

Parágrafo único - O servidor hierárquicamente superior ao servidor culpado será considerado conivente, caso não justifique ou denuncie a falta para ser apurada a responsabilidade do infrator.

CAPITULO II

DAS MEDIDAS PRELIMINARES

SEÇÃO I

DOS TERMOS DE FISCALIZAÇÃO

Artigo 270 - A autoridade fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará lavrar termo circunstanciado do que se apurar, mencionado nele tudo que possa interessar à administração fazendária,as datas inicial e final do período de fiscalização e ainda a relação dos livros e documentos examinados.

Parágrafo primeiro - Do termo lavrado será entregue, mediante recibo original, cópia ao fiscalizado.

Parágrafo segundo - A recusa do pedido será declarada pela autoridade fiscal e não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

SEÇÃO II

DOS AUTOS DE APREENSÃO

Artigo 271 - Em caso do dolo ou de flagrante infração de Lei Municipal poderão ser apreendidos coisas móveis, inclusive documentos, existentes em poder do infrator, de seus prepostos ou de terceiros, ou em trânsito que constituam prova material de infração tributária.

Artigo 272 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com descrição e relação das coisas apreendidas, indicação do lugar onde ficaram depositadas e assinatura do depositário, o qual será designado pela autoridade autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Artigo 273 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do seu inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Artigo 274 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito de importância arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Artigo 275 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública.

Parágrafo primeiro - Quando se tratar de bens de fácil deterioriza ção, a hasta pública ou o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

Parágrafo segundo - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e multa devidos, será o autuado notificado para o, prazo de 05 (cinco) dias, vir receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Parágrafo terceiro - Decorrido o prazo de prescrição previsto desta Lei, o salvo convertido em renda eventual.

Artigo 276 - Não havendo licitante, os bens apreendidos poderão ser destinados pelo Prefeito a instituição beneficentes, quando de fácil deterioriza ção ou pequeno valor. Aos demais, após 60 (sessenta) dias, a Administração dará o destino que julgar conveniente.

Artigo 277 - Nos casos de apreensão de semoventes, mercadorias, veículos, materiais, por motivo de infração de posturas, serão observadas, também, no que couber, as normas estabelecidas em outras leis municipais.

Artigo 278 - O auto de apreensão deverá atender,no que couber, ao disposto no artigo 265 deste Código.

SEÇÃO III

DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Artigo 279 - Verificando-se a omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento de que resultar evasão de receitas, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize a situação.

Parágrafo primeiro - Esgotado o prazo sem que o infrator tenha regularizado a situação, perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

Parágrafo segundo - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar de tomar conhecimento da notificação preliminar.

Artigo 280 - A notificação preliminar, que será feita em formula e destacada do talonário próprio, com cópia a carbono, receberá o "ciente" do notificado, além de outros elementos necessários mencionados no artigo 285.

Artigo 281 - Não caberá notificação preliminar devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando for encontrado no exercício de atividade tributável, irregularmente;

II - quando houver prova de que diligenciou para furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano da última notificação preliminar;

V - quando for iniciada ou estiver o contribuinte sob ação fiscal.

SEÇÃO IV

DA REPRESENTAÇÃO

Artigo 282 - Quando incompetente para notificar preliminarmente, ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Parágrafo único - Igual providência pode ser adotada por qualquer pessoa.

Artigo 283 - A representação far-se-á em petição assinada e conterá legivelmente nome, profissão e endereço de seu autor, devendo ser acompanhada de prova ou indicação dos elementos desta, mencionando, ainda, os meios e as circunstâncias em razão das quais se tornou a infração.

Parágrafo único - Não se permitirá representação feita por quem haja sido sócio, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a faltas anteriores à data em que tenha perdido essa qualidade.

Artigo 284 - Recebida a representação, a autoridade competente promoverá, imediatamente, diligências para apurar sua veracidade,, e conforme o caso, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo-á ou mandará arquivar a representação.

CAPITULO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Artigo 285 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, dia e a hora da lavratura;

II - referir o nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias em que se deu;

IV - indicar a disposição legal ou regulamento violada;

V - fazer ocorrência ao termo de fiscalização em que consignou a infração, quando for o caso;

VI - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidas, ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

Parágrafo primeiro - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Parágrafo segundo - se o infrator, ou quem o presente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á mensão dessa circunstância.

Artigo 286 - Da da lavratura do auto, o infrator será intimado:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega da cópia do auto ao infrator, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Artigo 287 - A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta e se for omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta na repartição de correios;

III - quanto for por edital, no termo do prazo, contado este, da data de sua afixação ou publicação.

Artigo 288 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em quem serão certificadas, no processo ou conforme as circunstâncias, por carta, ou por edital, observado o disposto neste código.

CAPITULO IV

DA DEFESA

Artigo 289 - O contribuinte ou as pessoas autuadas, apresentará reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, à repartição fazendária competente.

Artigo 290 - Na reclamação, o contribuinte ou pessoas autuadas, alegará toda a matéria que entender útil e requererá as provas que pretenda produzir e juntará logo as que constarem de documentos.

CAPITULO V

DAS PROVAS

Artigo 291 - Findos os prazos previstos neste código, o chefe da repartição responsável pelo lançamento, deferirá no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo não superior a 30 (trinta) dias,em que uma e outra devem ser produzidas.

Artigo 292 - As perícias competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requerida pelo autuante, ou quando ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas a funcinário do órgão fazendário.

Parágrafo único - é facultado ao autuado apresentar assistente técnico para acompanhar as diligências.

Artigo 293 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros e arquivos das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

CAPITULO VI

DA INSCRIÇÃO E DO JULGAMENTO

Artigo 294 - Findo o prazo para a produção de provas ou decaido o prazo para apresentação de reclamação, o processo será concluso à Chefia da diretoria de Rendas para apreciação e decisão, que será proferida com simplicidade, clareza e fundamentação.

Artigo 295 - A instrução do processo tributário administrativo deverá estar concluída no prazo de 90 (noventa) dias contados do termo final do prazo para apresentação de reclamação, não compreendendo neste prazo o período destinado á produção de provas, diligências ou notificações feitas ao contribuinte ou que estiveram a seu cargo deverão ser atentidas no prazo de até 30 (trinta) dias, findo o qual o processo será encaminhado para decisão.

Artigo 296 - Não tendo sido o processo julgado no prazo estabelecido no artigo 295, poderá o contribuinte representar ao Chefe do poder Executivo, solicitando providências para o andamento do processo.

Artigo 297 - O contribuinte que não manifestar sua reclamação dentro do prazo legal e a ela anexar sua documentação, não poderá acostá-la ao seu recurso e nem requerer perícias, diligências ou quaisquer elementos de instrução processual.

Artigo 298 - Da decisão de primeira instância que for contrária à Fazenda Municipal, será feito recurso de ofício à junta de Revisão Fiscal, na forma do artigo 264, parágrafo sexto.

Parágrafo único - Da decisão que majorar tributos, encargos legais, penalidades ou impuser multa isolada nova, caberá reclamação voluntária do contribuinte, na forma do parágrafo quinto do artigo 264.

Artigo 299 - Das decisões de primeira instância contrárias, total ou parcialmente, ao contribuinte, caberá à junta de Revisão Fiscal recurso voluntário do mesmo no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de intimação da decisão proferida.

Parágrafo único - Caberá recurso de ofício para instância especial na hipótese dos pressupostos mencionados no parágrafo sétimo, do artigo 264, facultando-se ao contribuinte apresentação de memorial, na forma do parágrafo oitavo do mesmo artigo.

CAPITULO VII

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Artigo 300 - As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte, para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III - pela liberação das mercadoria aprendidas e depositadas ou restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação com fundamento no artigo 275 e seus parágrafos.

Parágrafo único - será determinada a imediata inscrição, como dívida ativa, e remetida a certidão para cobrança executiva dos débitos mencionados no item I, deste artigo, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

TITULO X

DA DIVIDA ATIVA

Artigo 301 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado em Lei ou por decisão final em processo regular.

Artigo 302 - Para todos os efeitos legais, considera-se co-
o inscrita a dívida em livros especiais na repartição competente da
refeitura.

Artigo 303 - Encarregado o exercício financeiro, a reparti-
ão competente providenciará, imediatamente, a inscrição de todos os
ébitos fiscais, por contribuinte.

Artigo 304 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenti-
ado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome dos devedores e, sendo o caso, dos co-responsá-
veis, bem como, sempre que possível, seu endereço;

II - a origem e a natureza do débito, mencionado a Lei tri-
utária respectiva;

III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de
ora acrescidos;

IV - a data e número da inscrição;

V - o número do processo administrativo ou de auto de in-
fração, quandop dele se originar a dívida;

VI - exercício ou período a que se referir.

Artigo 305 - serão cancelados, mediante despacho da repar-
tição fazendária, os débitos fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuinte que haja falecido sem deixar bens.

Parágrafo único - o cancelamento será determinado, de ofí-
cio ou a requerimento da pessoa interessada, desde que provadas a
orte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazen-
ários jurídicos da Prefeitura.

Artigo 306 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando
nexas ou conseqüentes, serão reunidas em um só processo.

Artigo 307 - A cobrança amigável dos débitos inscritos em
ívida ativa será feita, dentro dos prazos estabelecidos em edital,
ediante extração de guia expedida pela repartição fazendária da
refeitura.

Parágrafo único - o edital será publicado em órgão oficial
u então, afixado nos locais habituais da Prefeitura para conheci-
ento público.

Artigo 308 - A partir da data da publicação do edital, com
relação dos devedores inscritos na dívida ativa Municipal, começa
fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança amigável, após o
e ajuizar-se-á a competente ação executiva.

Artigo 309 - O recebimento dos débitos fiscais, constantes de certidões já encaminhadas para a cobrança judicial será feita exclusivamente à vista de guia própria, expedido pelo órgão competente.

Parágrafo único - As certidões da dívida ativa para cobrança judicial, deverão conter elementos mencionados no artigo 304, deste código, com indicação do livro e folha de inscrição.

Artigo 310 - As guias para cobrança amigável ou judicial serão datadas e assinadas pelo emitente e conterão, além dos itens I, III, IV e VI do artigo 304, o valor do principal, das multas isolada, tributária e moratória, dos juros de mora e correção monetária a que estiver sujeito o débito, bem como os honorários e custos judiciais, se for o caso.

Artigo 311 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento dos débitos inscritos na dívida ativa com dispensa de multas, tributária ou de mora, ou isolada, dos juros de mora e da correção monetária.

Parágrafo primeiro - Verificada, à qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o servidor responsável obrigado a recolher aos cofres do Município o valor que deixou de receber, sem prejuízo da aplicação da pena disciplinar prevista.

Parágrafo segundo - O disposto neste artigo aplica-se, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

Parágrafo terceiro - Salvo no cumprimento de mandato judicial o superior que permitir ou determinar as concessões previstas neste artigo, responderá solidariamente com o servidor subalterno.

Artigo 312 - Encaminhada a certidão de dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução ou pelas autoridades judiciárias.

Parágrafo primeiro - Os débitos ajuizados e pelo seu valor atualizado de liquidação, serão acrescidos de 10% (dez por cento) destinados ao pagamento de honorários advocatícios e mais do valor destinado a fazer face às despesas judiciais e percentagem devida aos serventuários.

Parágrafo segundo - O órgão executor da cobrança da dívida fornecerá à Secretaria Municipal da Fazenda relação discriminada das certidões quitadas amigavelmente e/ou por via judicial.

TITULO XI

CAPITULO UNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Artigo 313 - A Unidade Fiscal de Araporã (UFA) é fixada em 40 (Quarenta) UFIRs a partir do dia 1º de Janeiro de 1994.

Parágrafo primeiro - A expressão monetária da Unidade Fiscal de Araporã - UFA - será atualizada, mensalmente, de acordo com a variação nominal da Unidade Fiscal de Referência - UFIR - ou seu substituto.

Parágrafo segundo - Para o disposto no parágrafo primeiro, o Departamento Municipal da Fazenda fixará mensalmente, o coeficiente de atualização monetária com base na variação nominal da Unidade Fiscal Referencial - UFIR -.

Artigo 314 - O Chefe do Poder Executivo poderá baixar Decreto regulamentando dispositivos deste Código, inclusive fixando ou modificando prazos e forma de arrecadação de impostos, taxas e contribuição de melhoria, bem como concedendo favores pelo recolhimento dentro dos prazos estabelecidos.

Parágrafo primeiro - Atendendo a interesse e conveniência administrativa e levando em conta situação existente de desiquilíbrio econômico ou social, o Poder Executivo poderá conceder anistia de tributos, multas isoladas, encargos legais e penalidades correlatas. A anistia terá caráter amplo e genérico e beneficiará a todos os contribuintes que preencherem as suas condições.

Parágrafo segundo - Atendendo a situações de miserabilidade ou impossibilidade real de pagamento pela existência de condições econômicas, o Poder Executivo poderá perdoar o pagamento, total ou parcialmente, de multas tributárias ou moratórias e de juros moratórios. O despacho concessório será fundamentado e o perdão será feito a requerimento do contribuinte.

Artigo 315 - Recaindo o vencimento do prazo para pagamento de tributos em dias de não funcionamento da rede bancária arrecadadora, fica este prorrogado para o dia útil imediatamente posterior.

Artigo 316 - Em todos os elementos emitidos tais como: Auto de infração, Termo de notificação, Termo de Apreensão, Termo de Intimação, Termo de Pedido de esclarecimento e outros, em que for prevista a assinatura do contribuinte e havendo, por parte deste a recusa, o servidor lavrará o competente termo e em seguida adotará as providências previstas em lei.

Artigo 317 - Fica o poder Executivo autorizado a atualizar os valores das multas previstas nesta Lei, fundamentando-as em TR ou qualquer outro índice que o substitua.

Artigo 318 - Aos casos omissos ou contraditórios, por acaso existentes, serão aplicadas as disposições de Lei Federal ou Estadual, pertinentes à espécie.

Artigo 319 - Esta Lei entra em vigor em 1º de Janeiro de 1.994

Artigo 320 - Revoga-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG., 06 de Dezembro de 1.993

VALDIR INACIO FERREIRA
(Prefeito Municipal)

DEGUIMAR VIEIRA DE FARIA
(Chefe de Gabinete)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ
SANÇÃO LEI Nº 043 / 93
DATA 06 / 12 / 93

Valdir Inácio Ferreira
Prefeito Municipal